



**PLANO DE PREVENÇÃO
DE RISCOS DE CORRUPÇÃO
E INFRAÇÕES CONEXAS**

**Relatório de execução
2019**

Ficha Técnica

Título	Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
Autor	Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Ministério da Justiça
Conceção técnica	Divisão de Planeamento e Organização Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Ministério da Justiça Travessa da Cruz do Torel, 1 – 1150-1223 Lisboa Telefone + 351 218 812 200
Data	abril de 2020

1●	INTRODUÇÃO	5
2●	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO POR ATIVIDADE DE RISCO	7
2.1	Atividades transversais à organização: área operativa e instrumental	9
	Atividade 01 - comunicação interna e externa	9
2.2	Área operativa	10
2.2.1	Assessoria técnica aos tribunais no âmbito de processos penais e tutelares educativos	10
	Atividade 02 - Processo de elaboração de documentos de assessoria técnica aos tribunais no âmbito de processos penais e tutelares educativos	10
2.2.2	Execução de medidas tutelares educativas	11
	Atividade 03 - Exercício das funções profissionais no âmbito da execução de medidas tutelares educativas	11
	Atividade 04 - Segurança em centro educativo	12
2.2.3	Execução de penas e medidas privativas da liberdade	13
	Atividade 05 - Gestão da população prisional	13
	Atividade 06 - Regimes de execução das penas	13
	Atividade 07 - Segurança em meio prisional - circulação ilícita de bens	13
	Atividade 08 - Segurança em meio prisional- circulação ilícita de pessoas	14
2.2.4	Execução de penas e medidas com vigilância eletrónica	15
	Atividade 09 - Exercício das funções profissionais	15
	Atividade 10 - Acesso e gestão do sistema de vigilância eletrónica	15
2.2.5	Execução de penas e medidas na comunidade	16
	Atividade 11- Exercício das funções profissionais	16
2.3	Área instrumental/suporte	17
2.3.1	Relações externas	17
	Atividade 12 - Informação e relações externas: comunicação social, universidades, organismos diversos	17
2.3.2	Gestão de recursos financeiros e patrimoniais	18
	Atividade 13- Operações e registos contabilísticos	18
	Atividade 14 - Execução orçamental	19
	Atividade 15 - Produção de informação contabilística	19
	Atividade 16 - Contratação pública: planeamento	20
	Atividade 17 - Contratação pública: compras	20
	Atividade 18 - Contratação pública: execução e gestão de contratos	21
2.3.3	Gestão de stocks - medicamentos	22
	Atividade 19 - Gestão de inventário de medicamentos	22
2.3.4	Tesouraria	24
	Atividade 20 - Gestão de verbas alheias à guarda dos estabelecimentos prisionais e dos centros educativos	24
	Atividade 21 - Gestão das receitas próprias geradas nos EP com inclusão da gestão das cantinas, bares e similares	25
2.3.5	Gestão de recursos humanos	26
	Atividade 22 - Processamento de abonos e descontos	26
	Atividade 23 - Controlo de assiduidade e pontualidade	26
	Atividade 24 - Recrutamento e seleção de pessoal	27

2.3.6	Tecnologias de informação e comunicação	27
	Atividade 25 - Aquisição e implementação de meios	27
	Atividade 26 – Gestão e controlo de acessos	28
2.3.7	Auditoria e inspeção	29
	Atividade 27 - Ações de auditoria e inspeção	29
3●	AValiação GERAL DA EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	30
3.1	Medidas preventivas para riscos de corrupção e infrações conexas: grau de execução	30
3.2	Sinopse dos relatórios das Unidades Orgânicas Coordenadoras/Supervisoras	33
4●	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	36
4.1	Ponto de situação da execução das recomendações da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça	36
4.2	Recomendações baseada na avaliação das unidades orgânicas da DGRSP	39
	ANEXOS	43
1	Organograma da DGRSP	45
2	Matriz de risco	47
3	Grelhas de avaliação da execução do PPC por unidade orgânica coordenadora/supervisora	49
4	Lista de siglas	119



INTRODUÇÃO

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP¹, vulgo Plano de Prevenção da Corrupção (PPC), foi elaborado e aprovado em 2018², visando responder à Recomendação nº 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicada no Diário da República, nº 140, 2ª série, de 22 de julho de 2009.

A publicitação do Plano foi efetuada na página oficial da DGRSP na *internet*³. Foi simultaneamente divulgado na plataforma de comunicação interna, *intranet*, do organismo e entre os trabalhadores, através de correio eletrónico. Foi ainda apresentado em reunião de dirigentes realizada em outubro de 2018.

Constituindo a DGRSP um serviço do Ministério da Justiça responsável pela execução de penas e medidas, no âmbito da justiça penal e da justiça juvenil, o que inclui a gestão da rede nacional de 49 estabelecimentos prisionais e 6 centros educativos e a atividade operativa de 48 equipas de reinserção social e 10 equipas de vigilância eletrónica reporte (cf. organograma: anexo 1), um plano focado na adoção e reforço de medidas de prevenção da corrupção apresenta-se como um contributo importante para uma intervenção pautada por critérios de transparência, proporcionalidade e de respeito pelos direitos humanos, tanto mais que, pela natureza das suas atribuições, assume responsabilidades sobre cidadãos, jovens e adultos, em situação de privação da liberdade.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção da DGRSP obedece, na sua estrutura e conteúdos, a orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção, vertidas na sua Recomendação de 1 de julho de 2015, tendo sido construído com a colaboração da estrutura dirigente, que foi chamada a identificar riscos, a identificar medidas existentes e a propor medidas preventivas a adotar, com a finalidade última de controlar a emergência de fenómenos de corrupção e infrações conexas no seio dos serviços.

A execução do Plano deve ser objeto de avaliação anual, através de elaboração de relatório próprio, conforme mencionado na já referida Recomendação nº 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção. O presente relatório procura, assim, refletir o primeiro processo de monitorização do Plano de Prevenção da Corrupção aprovado em 2018, tendo como objetivo analisar e avaliar em que medida está a ser implementado e aferir da necessidade de revisão dos riscos e das medidas preventivas nele contempladas.

O processo de avaliação da execução, refletido no presente relatório, contempla os seguintes aspetos:

- Balanço da execução ou fase de implementação das medidas preventivas previstas no Plano de Prevenção da Corrupção para adotar, bem como da necessidade da sua alteração ou ajustamento.

¹ A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais resultou da fusão da Direção-Geral dos Serviços Prisionais e da Direção-Geral de Reinserção Social (cf. Decreto Lei nº 123/2011, de 29 de dezembro).

² O Plano é datado de março de 2018 e foi objeto de despacho do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais a 24 de julho de 2018.

³ <https://dgrsp.justica.gov.pt/>.

- Identificação de eventuais riscos eliminados, ou do impacto/resultado de medidas cuja adoção o Plano previa, que possam levar a que passem a ser consideradas como existentes.
- Identificação de eventuais riscos de corrupção e infrações conexas que não foram contemplados no Plano em vigor.
- Avaliação crítica das atividades avaliadas como de risco e das medidas preventivas associadas que possam implicar uma eventual revisão do Plano de Prevenção da Corrupção.

Refere-se que a DGRSP foi objeto de reestruturação da estrutura orgânica dos serviços centrais em 2019, o que implicará alguma revisão das unidades orgânicas responsáveis pela implementação de medidas preventivas e da associação de atividades de risco por áreas de intervenção, bem como das medidas preventivas consequentes.

A monitorização efetuada levou à avaliação da necessidade de proceder a alterações ao Plano, tendo-se concluído pela necessidade da sua revisão, constando os aspetos propostos para revisão das recomendações finais.

Salienta-se que a DGRSP tem em fase final de elaboração Código de Ética e Conduta, o qual se considera constituir um importante instrumento de prevenção da corrupção e infrações conexas.



IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO POR ATIVIDADE DE RISCO

A DGRSP desenvolve a sua principal atividade⁴, intervindo, por solicitação judicial, no âmbito de processos penais e de processos tutelares educativos⁵. Na jurisdição penal, assegura a execução de penas e medidas privativas de liberdade, a execução de penas e medidas na comunidade e a execução de penas e medidas de penas e medidas com recurso a meios de vigilância eletrónica. Na esfera da justiça juvenil, assegura a execução de medidas tutelares educativas, de execução na comunidade ou de internamento em centro educativo. Assegura ainda a assessoria técnica aos tribunais na fase prévia à tomada de decisão judicial, pré-sentencial no caso dos adultos e de inquérito no caso dos jovens com processos tutelares educativos.

O Plano de Prevenção da Corrupção foi elaborado numa perspetiva de mapeamento de atividades com risco de corrupção nas principais áreas de intervenção da DGRSP - atividades no âmbito da atividade operativa ou de suporte a esta -, às quais se atribuíram níveis de risco em função de dois fatores, probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência, conforme orientação do Conselho de Prevenção da Corrupção (ver anexo 2), e relativamente às quais se procurou identificar medidas de prevenção da corrupção e infrações conexas, existentes e a adotar.

A responsabilidade da implementação das medidas previstas de risco foi atribuída às unidades orgânicas dos serviços centrais com atribuições na respetiva área, na qualidade de unidades coordenadoras/supervisoras.

Deste modo, a avaliação da implementação do Plano foi desenvolvida em função das 27 atividades de risco identificadas no PPC em diversas áreas de atividade da DGRSP, referentes à atividade operativa ou respeitantes aos processos de suporte à atividade operativa.

⁴ A DGRSP tem também intervenção enquanto Autoridade Central Portuguesa para a aplicação e execução de decisões relativas à guarda e proteção de crianças, ao abrigo da Convenção de Haia sobre os aspetos civis do rapto internacional de crianças de 25 de outubro de 1980 e da Convenção de Haia de 19 de outubro de 1996 e ainda do Regulamento (CE) nº 2201/2003 do Conselho, de 27 de novembro de 2003.

⁵ Os processos tutelares educativos dizem respeito a prática de facto qualificado pela lei como crime por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos.

ÁREA DE INCIDÊNCIA	ÁREA DE ATIVIDADE		ATIVIDADE COM RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÕES CONEXAS IDENTIFICADA	NÍVEL DE RISCO
Transversal a toda a organização	Operativa e instrumental	01	Comunicação interna e externa	Moderado
Operativa	Assessoria técnica aos tribunais no âmbito de processos penais e tutelares educativos	02	Processo de elaboração de documentos de assessoria	Fraco
	Execução de medidas tutelares educativas	03	Exercício das funções profissionais	Fraco
		04	Segurança em centro educativo	Fraco
	Execução de penas e medidas privativas da liberdade	05	Gestão da população prisional	Fraco
		06	Regimes de execução das penas	Fraco
		07	Segurança em meio prisional - circulação ilícita de bens	Moderado
		08	Segurança em meio prisional- circulação ilícita de pessoas	Moderado
	Execução de penas e medidas com vigilância eletrónica	09	Exercício das funções profissionais	Fraco
		10	Acesso e gestão do sistema de vigilância eletrónica	Moderado
	Execução de penas e medidas na comunidade	11	Exercício das funções profissionais	Fraco
Instrumental/ Suporte	Relações externas	12	Informação e relações externas: comunicação social universidades, organismos diversos	Fraco
	Gestão de recursos financeiros e patrimoniais	13	Operações e registos contabilísticos	Fraco
		14	Execução orçamental	Moderado
		15	Produção de informação contabilística	
		16	Contratação pública: planeamento	Moderado
		17	Contratação pública: compras	Moderado
		18	Contratação pública: execução e gestão de contratos	Moderado
	Gestão de stocks - medicamentos	19	Gestão de inventário de medicamentos	Moderado
	Tesouraria	20	Gestão de verbas alheias à guarda dos estabelecimentos prisionais e dos centros educativos	Moderado
		21	Gestão das receitas próprias geradas nos EP com inclusão da gestão das cantinas, bares e similares	Moderado
	Gestão de recursos humanos	22	Processamento de abonos e descontos	Fraco
		23	Controlo de assiduidade e pontualidade	Fraco
		24	Recrutamento e seleção de pessoal	Fraco
	Tecnologias de informação e comunicação	25	Aquisição e implementação de meios	Elevado
		26	Gestão e controlo de acessos	Elevado
	Auditoria e inspeção	27	Ações de auditoria e de inspeção	Fraco

A avaliação da execução reflete a estruturação do Plano de Prevenção da Corrupção e tem por base o reporte (ver anexo 3) efetuado pelas unidades orgânicas coordenadoras/supervisoras de medidas de prevenção do risco.

Apresenta-se breve síntese da implementação das medidas preventivas, existentes e a adotar, que o Plano previa com dados reportados a 31 de dezembro de 2019, sendo apresentados elementos avaliativos no que se refere nas medidas que dele constam como a implementar ou a adotar e, quando justificado, sugestões de correção ou melhoria.

2.1 ATIVIDADES TRANSVERSAIS À ORGANIZAÇÃO: ÁREA OPERATIVA E INSTRUMENTAL

Atividade 01

Comunicação interna e externa

O risco identificado corresponde ao uso e divulgação de informação privilegiada e/ou daquela que nos termos da lei não deva ser divulgada, em estabelecimentos prisionais, nos restantes setores da atividade operativa e em áreas de suporte.

Foram identificadas como medidas preventivas existentes:

- Lei geral.
- Regulamentos.
- Manuais de procedimentos.
- Circulares.
- Mecanismos institucionais de supervisão e de controlo da atividade.

Considera-se que estas medidas se devem manter.

Como medidas preventivas a adotar ou a implementar, o Plano prevê:

	Estado de execução
● Reforço de supervisão.	Por iniciar
● Reforço de ação disciplinar.	Por iniciar

Da avaliação do Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas, unidade orgânica coordenadora/supervisora das medidas de prevenção previstas para a atividade de risco em causa, resulta:

- A proposta de revisão da medida 'Reforço de supervisão' relativamente ao uso e divulgação de informação privilegiada e/ou daquela que nos termos da lei não deva ser divulgada para implementação do Código de Ética e de Conduta da DGRSP, passando esta medida a existente após a aprovação do mesmo. Justificação apresentada:

O Código de Ética e Conduta da DGRSP que está a ser trabalhado poderá vir a constituir mais um instrumento legal para que quem tem competência para tal possa mandar reforçar os procedimentos disciplinares tidos por adequados.

Considera-se desnecessário criar novas medidas, dado que a avaliação feita permite concluir que os procedimentos disciplinares, já existentes e legalmente enquadrados, se afiguram como adequados.

- A proposta de ‘Reforço de ação disciplinar’ relativamente ao uso e divulgação de informação privilegiada e/ou daquela que nos termos da lei não deva ser divulgada para ‘Implementação do Código de Ética e de Conduta da DGRSP’, passando esta medida a existente após a aprovação do mesmo. Justificação apresentada:

O Código de Ética e Conduta da DGRSP que está a ser trabalhado poderá vir a constituir mais um instrumento legal para que quem tem competência para tal possa mandar reforçar os procedimentos disciplinares tidos por adequados.

2.2 ÁREA OPERATIVA

2.2.1 ASSESSORIA TÉCNICA AOS TRIBUNAIS NO ÂMBITO DE PROCESSOS PENAIS E TUTELARES EDUCATIVOS

Atividade 02

Processo de elaboração de documentos de assessoria técnica aos tribunais no âmbito de processos penais e tutelares educativos

O risco identificado traduz-se na possibilidade de: aproveitamento indevido da posição e função profissional; favorecimento de interesses pessoais ou de terceiros; conflito de interesses; aceitação indevida de ofertas.

Consideraram-se, no contexto do PPC, como medidas preventivas existentes no âmbito penal:

- Dever da confidencialidade e de salvaguarda de identidade para com terceiros.
- Manuais de procedimentos.
- Equipas de reinserção social e nas equipas de vigilância eletrónica - coordenação e supervisão regular da atividade em três níveis: 1º coordenador de equipa; 2º Delegações Regionais (exceto casos em vigilância eletrónica); 3º Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade, Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica.

A Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas e Medidas na Comunidade, unidade orgânica responsável pela coordenação/supervisão de medidas referentes à atividade de risco em apreço, faz a seguinte avaliação do estado de execução das medidas preventivas previstas como a adotar ou a implementar e relativamente às quais não é apresentada qualquer proposta de alteração:

	Estado de execução
<ul style="list-style-type: none"> ● Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes. 	Em execução

O risco identificado no âmbito da intervenção tutelar educativa corresponde ao aproveitamento indevido da posição e função profissional, favorecimento de interesses pessoais ou de terceiros, conflito de interesses e aceitação indevida de ofertas.

Foram identificadas como medidas preventivas existentes:

- Dever da confidencialidade e de salvaguarda de identidade para com terceiros.
- Manuais de procedimentos.
- Equipas de reinserção social e nas equipas de vigilância eletrónica - coordenação e supervisão regular da atividade em três níveis: 1º coordenador de equipa; 2º Delegações Regionais (exceto casos em vigilância eletrónica); Direção de Serviços de Justiça Juvenil. Centros educativos - coordenação e supervisão regular da atividade em três níveis: 1º coordenação; 2º Conselho Pedagógico; 3º Direção de Serviços de Justiça Juvenil.

Para a atividade de risco em causa, que tem como responsável pela implementação de medidas a Direção de Serviços de Justiça Juvenil, o PPC prevê como medidas preventivas a adotar:

	Estado de execução
<ul style="list-style-type: none"> ● Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes. 	Por iniciar

2.2.2 EXECUÇÃO DE MEDIDAS TUTELARES EDUCATIVAS

Atividade 03

Exercício das funções profissionais no âmbito da execução de medidas tutelares educativas

O risco associado a esta atividade corresponde ao aproveitamento indevido da posição e função profissional, favorecimento de interesses pessoais ou de terceiros, conflito de interesses e aceitação indevida de ofertas.

As medidas preventivas existentes contempladas no Plano de Prevenção da Corrupção para esta atividade de risco são:

- Manuais de procedimentos técnicos.
- Coordenação e supervisão regular da atividade desenvolvida por três níveis: 1º coordenador de equipa; 2º Delegações Regionais/NAT; 3º Direção de Serviços de Justiça Juvenil.
- Intervenção interdisciplinar em equipa (promove a transparência).

- Instrumentos institucionalizados de audição e participação dos utentes.

No que se refere a medida preventivas a implementar, o ponto de situação é o seguinte:

	Estado de execução
● Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes.	Por iniciar

Atividade 04 Segurança em centro educativo

O risco associado à manutenção da segurança em centro educativo, no âmbito da execução da medida de internamento ao abrigo da Lei Tutelar Educativa refere-se à introdução de objetos, produtos e bens perigosos/ilícitos/ proibidos e ao favorecimento ou agravamento da situação do jovem internado, incluindo a possibilidade de ocorrência de ausências não autorizadas.

São apontadas no PPC como medidas preventivas existentes neste contexto:

- Legislação: Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos.
- Regulamento interno do centro educativo.
- Controlo de entradas de pessoas e bens.
- Trabalho em equipa com supervisão.
- Procedimentos e regras de segurança: revistas regulares e aleatórias aos espaços, bens e jovens, efetuadas por dois profissionais.

A avaliação efetuada às medidas preventivas a implementar indica que:

	Estado de execução
● Reforço da supervisão aleatória do procedimento de revistas.	Em execução
● Sistema de videovigilância em todos os centros educativos.	Por iniciar

Ainda que não tenha sido proposta a revisão da medida ‘Sistema de videovigilância em todos os centros educativos’, a Direção de Serviços de justiça Juvenil identifica dificuldades na sua implementação, a saber:

Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida, uma vez que apesar das diligências efetuadas e planeamentos com a Divisão de Equipamentos de Segurança (ex-Divisão de Logística, Sistemas e Tecnologias de Segurança), não se obteve qualquer resultado que permita prever se os Centros Educativos serão contempladas nem os que necessitam de intervenção e melhoria (CESA e CEO), nem para a instalação de equipamentos nos de Lisboa.

2.2.3 EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS PRIVATIVAS DA LIBERDADE

Atividade 05

Gestão da população prisional

Favorecimento na elaboração das propostas de afetação e/ou transferência de reclusos é o risco de corrupção e infrações conexas que se avaliou como associado à gestão da população prisional.

Foi identificada como medida existente neste plano diferentes níveis de controlo e supervisão, encontrando-se por iniciar a implementação da medida a adotar prevista no PPC, medida esta cuja implementação tem coordenação/supervisão da Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade.

	Estado de execução
• Verificação através de amostra aleatória.	Por iniciar

Atividade 06

Regimes de execução das penas

O risco de corrupção e infrações conexas que identificado no âmbito dos regimes de execução das penas é o favorecimento ou agravamento na emissão de pareceres sobre regimes de execução das penas e de medidas de flexibilização.

Diferentes níveis de controlo e supervisão são considerados como medida preventiva existente, inclusive jurisdicional, encontrando-se igualmente por iniciar a implementação da medida a adotar prevista no PPC, também com coordenação/supervisão da Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade:

	Estado de execução
• Verificação através de amostra aleatória.	Por iniciar

Atividade 07

Segurança em meio prisional - circulação ilícita de bens

O risco de corrupção e infrações conexas avaliado relaciona-se com a introdução de objetos, produtos e bens perigosos/ilícitos/proibidos.

Foram identificadas como medidas preventivas existentes:

- Legislação: Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais.
- Procedimentos e regras de segurança.
- Trabalho e equipa com supervisão.
- Revistas e buscas regulares.

As medidas a adotar, da responsabilidade da Direção de Serviços de Segurança, encontram-se em execução.

	Estado de execução
● Supervisão da atividade de videovigilância.	Em execução
● Generalização de pórticos, máquinas de RX e de meios de deteção.	Em execução
● Reforço de revistas e buscas.	Em execução
● Padronização de procedimentos.	Em execução
● Formação profissional.	Em execução

Contudo, a Direção de Serviços de Segurança tece as seguintes considerações de natureza avaliativa:

Medida ‘Reforço de revistas e buscas’ - *Com o objetivo de contribuir para um processo permanente de melhoria contínua, poder-se-á eventualmente verificar a necessidade de manter como combate à corrupção a medida 12, pois esta visa essencialmente os reclusos e os seus espaços de alojamento. Não é propriamente um indicador associado ao risco de corrupção, no contexto em que as mesmas se realizam. Por outro lado, encontra-se listada nas medidas existentes, de forma correta.*

Medida ‘Formação profissional’ - *A medida 14 é uma atividade suportada pela atividade da Divisão de Formação, cujos números de execução na formação deslocalizada são demonstrativos do investimento efetuado. Constitui uma atividade regular com fins abrangentes, não se justificando que constitua medida preventiva da corrupção.*

Face ao exposto, considera-se que, em sede de revisão do Plano, a medida ‘Reforço de revistas e buscas’ deve manter-se apenas em medida existente, deixando de constar como medida a adotar e a medida ‘Formação profissional’, pela sua natureza abrangente, deve ser revista, devendo ser concretamente retirada do plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas.

Atividade 08

Segurança em meio prisional - circulação ilícita de pessoas

O risco de corrupção e infrações conexas avaliado corresponde à entrada e saída de pessoas de forma ilícita.

Foram identificadas como medidas preventivas existentes:

- Legislação: Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais.
- Procedimentos e regras de segurança.
- Trabalho e equipa com supervisão.

As medidas a adotar, da responsabilidade da Direção de Serviços de Segurança, encontram-se em execução.

	Estado de execução
● Padronização de procedimentos.	Em execução
● Formação profissional.	Em execução

No que se refere à medida ‘Formação Profissional’, a Direção de Serviços de Segurança considera:

A medida é uma atividade suportada pela atividade da Divisão de Formação, cujos números de execução na formação deslocalizada são demonstrativos do investimento efetuado. Constitui uma atividade regular com fins abrangentes, não se justificando que constitua medida preventiva da corrupção.

2.2.4 EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS COM VIGILÂNCIA ELETRÓNICA

Atividade 09

Exercício das funções profissionais na execução de penas e medidas com vigilância eletrónica

Aproveitamento indevido da posição e função profissional e conflito de interesses são os riscos de corrupção e infrações conexas que se estimam como possíveis no exercício das funções profissionais na execução de penas e medidas com vigilância eletrónica.

Foram identificadas como medidas preventivas existentes:

- Manuais de procedimentos (incluindo um código de conduta para os funcionários da VE com matéria relativa à prevenção da corrupção).
- Supervisão de 1º e 3º nível.
- Intervenção no caso por vários elementos das equipas de vigilância eletrónica, o que promove a transparência.
- Circuito de tratamento de reclamações.

A medida a adotar, da responsabilidade da Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica, encontra-se em execução.

	Estado de execução
● Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes.	Em execução

Atividade 10

Acesso e gestão do sistema de vigilância eletrónica

Avaliam-se como riscos de corrupção e infrações conexas com possibilidade de ocorrência na execução de penas e medidas com vigilância eletrónica a interrupção voluntária da monitorização, o favorecimento de interesses de terceiros e o aproveitamento indevido da posição e função profissional.

O PPC apresenta como medidas preventivas existentes:

- Manual de procedimentos.
- Supervisão da atividade de gestão dos eventos pelo CNAO.
- Intervenção no caso por vários elementos das equipas de vigilância eletrónica, o que promove a transparência.
- Circuito de tratamento de reclamações.
- Sistema de vigilância eletrónica tem incorporado redundância tecnológica, *backup* de dados, proteções de acesso e é auditável.

A medida a adotar, da responsabilidade da Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica, encontra-se por iniciar, tendo, contudo, desenvolvimento planeado para 2020.

	Estado de execução
● Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes.	Por iniciar

2.2.5 EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS NA COMUNIDADE

Atividade 11

Exercício das funções profissionais na execução de penas e medidas na comunidade

Constituem riscos de corrupção e infrações conexas identificados como associados ao exercício de funções profissionais na execução de penas e medidas na comunidade o favorecimento de interesses pessoais ou de terceiros, o conflito de interesses, o aproveitamento indevido da posição e função profissional e aceitação indevida de vantagens.

O PPC apresenta como medidas preventivas existentes:

- Manuais de procedimentos técnicos.
- Coordenação e supervisão regular da atividade desenvolvida por três níveis: 1º coordenador de equipa; 2º Delegações Regionais/NATs; 3º Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade.
- Intervenção interdisciplinar em equipa (promove a transparência); instrumentos institucionalizados de audição e participação dos utentes, nomeadamente reclamações.

A Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas e Medidas na Comunidade propôs adoção de medida preventiva no âmbito do trabalho comunitário:

	Estado de execução
● No contexto da execução do trabalho comunitário, promover a rotatividade dos técnicos na articulação com as entidades beneficiárias de trabalho (EBT) e reforçar a participação do coordenador.	Em execução

Foi apresentada proposta de revisão de medida, considerando-se que um guia de boas práticas de articulação com as entidades beneficiárias de trabalho, para além de corresponder a necessidades de aperfeiçoamento da articulação com as entidades beneficiárias de trabalho, melhor poderá corresponder à prevenção dos risco de corrupção:

Analizados os resultados dos questionários aos coordenadores de Equipa ressaltam algumas fragilidades (para as quais contribui seguramente o número excessivo de pedidos judiciais para execução de trabalho comunitário) que poderão ser superadas pela emissão de instruções naquilo que se refere à gestão da Bolsa de EBT, nomeadamente sobre a angariação, relacionamento, contactos e avaliação da parceria.

Assim, propõe-se que a medida a adotar, em substituição da medida de “promover a rotatividade dos técnicos na articulação com as EBT e reforçar a participação do coordenador”, seja a conceção de um guia de boas práticas de articulação com as entidades beneficiárias de trabalho.

2.3 ÁREA INSTRUMENTAL/ SUPORTE

2.3.1 RELAÇÕES EXTERNAS

Atividade 12

Informação e relações externas: comunicação social, universidades, organismos diversos

Identificaram-se como riscos de corrupção e infrações conexas como passíveis de ocorrer no âmbito da informação e relações externas (comunicação social, universidades, organismos diversos) o uso e divulgação de informação privilegiada e daquela que nos termos da lei não deva ser divulgada e a passagem de informação deturpada à comunicação social.

Foram consideradas como medidas preventivas existentes:

- A informação é fornecida por fontes primárias e a sua transmissão ao exterior é validada pela Direção Superior.
- Toda a informação (estatística ou qualitativa) é recolhida junto de terceiros, pelo que há sempre de registos do ato de recolha nos sistemas de informação/base de dados internos ou junto de dirigentes/técnicos de outras unidades orgânicas.

A medida a adotar, da responsabilidade Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas, é avaliada como concretizada.

	Estado de execução
● Eventual aperfeiçoamento da obtenção da informação na fonte primária.	Concretizada

Nesta sequência, o CCCRE apresenta a seguinte proposta:

Propõe-se que a medida deixe de constar no próximo Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, uma vez que se considera que os mecanismos preventivos existentes são suficientes e adequados.

Contudo, dado que o CCCRE considera que o risco não foi eliminado, conclui-se que a medida deve manter-se Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, mas como medida preventiva existente, eventualmente com diferente redação.

2.3.2 GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

Atividade 13

Operações e registos contabilísticos

Foram avaliados como riscos de corrupção e infrações conexas associadas a operações e registos contabilísticos: risco de falhas de aplicação de normas, procedimentos e regulamentos; risco de não registo das operações.

O PPC aponta como medidas preventivas existentes:

- Conferência de informação intermédia e final.
- Acompanhamento e controlo da execução das medidas previstas nas normas de procedimento já existentes.
- Manual de procedimentos para a Gestão do Fundo de Maneio.
- Segregação de funções e responsabilidades.
- Acesso ao sistema informático de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado com chave nominativa - todos os atos praticados dependem da utilização de *user* e *password*.
- Supervisão de dirigentes e responsáveis.

As medidas preventivas a adotar, com coordenação/supervisão da Direção de Serviços Financeiros, são as seguintes:

	Estado de execução
• Aprofundamento dos mecanismos de controlo interno: atualização das normas internas de procedimento já existentes; elaboração de normas internas específicas por processo; medidas de controlo de prazos.	Em execução
• Maior segregação de funções.	Por iniciar

Atividade 14

Execução orçamental

Pagamentos indevidos por alteração de dados bancários dos fornecedores para NIB próprio ou de terceiros corresponde ao risco de corrupção e infrações conexas com possibilidade de ocorrência no contexto da execução orçamental.

O PPC aponta como medidas preventivas existentes:

- Acesso ao sistema informático de gestão orçamental com chave nominativa - todos os atos praticados dependem da utilização de *user* e *password*.
- Comunicação a fornecedores dos pagamentos.

A medida preventiva a adotar definida, e cuja concretização cabe à coordenação/supervisão da Direção de Serviços Financeiros, é a seguinte:

	Estado de execução
<ul style="list-style-type: none">● Aprofundamento dos mecanismos de controlo interno: elaboração de norma interna; criação de novos fornecedores com obrigatoriedade de indicação de endereço de correio eletrónico para agilizar comunicação dos pagamentos; limitação de acessos; supervisão de dirigentes e responsáveis.	Em execução

Atividade 15

Produção de informação contabilística

Foi identificado risco de afetação da qualidade da prestação de contas e da informação contabilística.

Como medidas preventivas existentes são consideradas:

- Conferência de informação intermédia e final.
- Segregação de funções e responsabilidades.
- Medidas de controlo de prazos; identificação das fontes de informação utilizadas para a produção da informação.

Foram definidas como medidas preventivas a adotar pela coordenação/supervisão da Direção de Serviços Financeiros:

	Estado de execução
<ul style="list-style-type: none">● Parametização de registos que permitam extração mais automatizada da informação.	Em execução
<ul style="list-style-type: none">● Reforço das medidas de controlo de prazos para atualização dos sistemas informáticos.	Por iniciar

Atividade 16

Contratação pública: planeamento

Foram identificados nas atividades de planeamento no âmbito da contratação pública os seguintes riscos de corrupção e infrações conexas: recurso a um tipo de procedimento restritivo da concorrência por deficiência de planeamento, ineficácia no cumprimento dos objetivos setoriais e operacionais das unidades operativas, elaboração de caderno de encargos com cláusulas técnicas potencialmente restritivas, seleção das entidades a convidar e conluio entre trabalhadores e empresas.

Foram consideradas medidas preventivas existentes:

- Plano Anual de Compras.
- Manifestação de necessidades pelas unidades orgânicas proponentes.
- Cláusulas técnicas elaboradas pela unidade orgânica em razão das respetivas atribuições.
- Consulta preliminar ao mercado no mínimo a dois fornecedores.

Constam do Plano de Prevenção da Corrupção as seguintes medidas preventivas a adotar:

	Estado de execução
• Elaboração de norma interna relativa à instrução da manifestação da necessidade.	Por iniciar
• Fomentar a concorrência dinamizando o recurso ao mercado através de concurso público.	Por iniciar
• Fundamentar objetivamente a escolha de outro tipo de procedimento mais restritivo da concorrência.	Por iniciar
• Acréscimo do número de procedimentos agregados e subsequentemente acréscimo de procedimentos com consulta ao mercado.	Por iniciar
• Aumento do número mínimo de fornecedores consultados no procedimento por consulta prévia, quando possível.	Por iniciar

A Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial, cuja criação resultou da alteração da estrutura orgânica dos serviços centrais da DGRSP em 2019 (Portaria n.º 300/2019, de 11 de setembro) apresentou, aquando da recolha de dados de monitorização, uma nova proposta de atividades de risco e de medidas preventivas, que será enquadrada numa revisão do plano de Prevenção da Corrupção, pelo que as medidas preventivas a implementar relativas à atividade de risco em causa foram avaliadas como por iniciar.

Atividade 17

Contratação pública: compras

Nas atividades de compras no âmbito da contratação pública foram identificados os seguintes riscos de corrupção e infrações conexas: quebra do dever de independência nas diversas fases dos procedimentos concursais, deficiente gestão dos processos de aquisição de bens, serviços e empreitadas, falta de isenção e imparcialidade técnica na análise das propostas,

omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar decisões, favorecimento de fornecedores, não cumprimento da tramitação dos procedimentos e abuso e divulgação de informação privilegiada/ confidencial.

Constam do PPC como medidas preventivas existentes:

- Portaria que define a estrutura orgânica, funcionamento e competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais.
- Envolvimento das unidades orgânicas proponentes das necessidades e possuidoras de conhecimento sobre as áreas postas a concurso, quando aplicável.
- Modelos dos cadernos de encargos aprovados para as aquisições comuns aos estabelecimentos prisionais para cantinas e medicamentos.
- Segregação de funções e responsabilidades.
- Rotatividade dos membros dos júris.
- Declaração de inexistência de conflito de interesses.

Integram o Plano de Prevenção da Corrupção as seguintes medidas preventivas a adotar:

	Estado de execução
● Intensificação do uso das plataformas de compras eletrónicas.	Por iniciar
● Medidas para controlo de prazos.	Por iniciar
● Formação aos trabalhadores sobre matéria relativa a contratação.	Por iniciar
● Atualização das normas internas/ manuais de procedimento.	Por iniciar

A Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial, cuja criação resultou da alteração da estrutura orgânica dos serviços centrais da DGRSP em 2019 (Portaria n.º 300/2019, de 11 de setembro) apresentou, aquando da recolha de dados de monitorização, uma nova proposta de atividades de risco e de medidas preventivas, que será enquadrada numa revisão do plano de Prevenção da Corrupção, pelo que as medidas preventivas a implementar relativas à atividade de risco em causa foram avaliadas como por iniciar.

Atividade 18

Contratação pública: execução e gestão de contratos

Foram associados à execução e gestão de contratos os seguintes riscos de corrupção e infrações conexas: não aplicação de penalidades, não execução das penalidades aplicadas, desvio ou não entrega dos bens ou serviços contratados ou em conformidade, conluio entre trabalhadores e fornecedores e não acompanhamento da execução do contrato.

São consideradas como medidas preventivas existentes:

- Segregação de funções e responsabilidades.

- Declaração do serviço beneficiário do recebimento.
- Bem/serviço/empreitada em conformidade/validação/confirmação da fatura ou outro documento de despesa legalmente equivalente.
- Serviço de refeições confeccionadas - normas funcionamento.
- Serviço de refeições confeccionadas - normativo de apoio à instrução dos processos de controlo, fiscalização e avaliação dos fornecimentos.

Consta do Plano de Prevenção da Corrupção a seguinte medida preventiva a adotar:

	Estado de execução
● Elaboração de norma interna e implementação da figura de gestor do contrato.	Por iniciar

A Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial, cuja criação resultou da alteração da estrutura orgânica dos serviços centrais da DGRSP em 2019 (Portaria n.º 300/2019, de 11 de setembro) apresentou, aquando da recolha de dados de monitorização, uma nova proposta de atividades de risco e de medidas preventivas, que será enquadrada numa revisão do plano de Prevenção da Corrupção, pelo que as medidas preventivas a implementar relativas à atividade de risco em causa foram avaliadas como por iniciar.

2.3.3 GESTÃO DE STOCKS

Atividade 19

Gestão de inventário de medicamentos

No que se refere a gestão de *stocks* de medicamentos, considerou-se que constituem riscos de corrupção e infrações conexas: apropriação de bens, valorização incorreta de inventários., ocorrência de danos sem fundamentação ou com intenção dolosa, contagem dolosa quando da receção dos materiais de modo a adulterar os inventários, definição dolosa dos stocks mínimos de segurança devoluções não registadas para benefício do próprio e ou de terceiros ou a realização de devoluções fictícias, possibilidade de proceder a abates sem a competente autorização e degradação de bens em armazém por deficiente gestão das existências em armazém.

Discriminam-se as medidas preventivas definidas como existentes:

- Portaria nº 286/2013, de 09 de setembro que define a estrutura orgânica, funcionamento e competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais.
- Contagens físicas dos bens em armazém
- Segregação de funções.
- Desenvolvimento de uma aplicação informática, Gesfarma, com controlo central, nos Serviços Farmacêuticos do Hospital Prisional, de *stocks* e consumos diários.
- Implementação de formulários e de procedimento de requisição de medicamentos extra formulário.
- Realização de auditorias técnicas ao circuito do medicamento na DGRSP.

Da informação prestada, conclui-se que a medida preventiva definida como a adotar, da responsabilidade do Hospital Prisional S. João de Deus, se encontra por iniciar:

	Estado de execução
● Criação de um interface entre o Gesfarma e o Gerfip que atualize de forma automática os stocks de medicamentos.	Por iniciar
● Normas de procedimentos para processos específicos.	Concretizada
● Definição de prazos para atualização dos sistemas informáticos de suporte.	Por iniciar
● Segregação e rotatividade de funções.	Em execução
● Recrutamento de pessoal especializado para normalização do processo.	Em execução
● Implementação da ferramenta Gesfarma nos EP Porto, P. Ferreira, P. Delgada, A. Heroísmo e Funchal e nos Centros Educativos.	Por iniciar

O Hospital Prisional apresenta a seguinte proposta para a medida ‘Criação de um interface entre o Gesfarma e o Gerfip que atualize de forma automática os stocks de medicamentos’:

Reformulação da medida para ‘Aperfeiçoamento da plataforma Gesfarma para melhoria da gestão de stocks (concretamente na obrigatoriedade da prescrição por parte dos médicos com registo do início e fim da terapêutica) e ainda apetrechamento de equipamento de suporte ao controlo de entradas e saídas de medicamentos. Medida a concretizar pelo GTIC e CCGCS.

A medida ‘Normas de procedimentos para processos específicos’ foi avaliada como concretizada pelo Hospital Prisional. Contudo, é feita a seguinte proposta de alteração da medida:

Reformulação da medida para: ‘Normas de procedimentos para processos específicos: Controlo do fornecimento de estupefacientes aos serviços clínicos do HPSJD; Controlo do fornecimento de hemoderivados aos serviços clínicos do HPSJD’.

É também proposta alteração de unidade orgânica coordenadora/supervisora para as medidas ‘Definição de prazos para atualização dos sistemas informáticos de suporte’ e ‘Implementação da ferramenta Gesfarma nos EP Porto, P. Ferreira, P. Delgada, A. Heroísmo e Funchal e nos Centros Educativos’, ambas por iniciar: de Hospital Prisional para GTIC e CCGCS.

Conclui-se face às observações feitas pelos Hospital Prisional:

- Medida ‘Criação de uma interface entre o Gesfarma e o Gerfip
- A alteração/revisão da medida, para a formulação indicada: ‘Controlo do fornecimento de estupefacientes aos serviços clínicos do HPSJD; Controlo do fornecimento de hemoderivados aos serviços clínicos do HPSJD’

- Equacionar a alteração da unidade orgânica coordenadoras ou supervisora da sua implementação; unidades orgânicas propostas: GTIC e CCGCS.
- Medida 'Normas de procedimentos para processos específicos'
- Reformulação da medida para: 'Normas de procedimentos para processos específicos: Controlo do fornecimento de estupefacientes aos serviços clínicos do HPSJD; Controlo do fornecimento de hemoderivados aos serviços clínicos do HPSJD'.
- Sendo avaliada como concretizada, e tendo em conta a intervenção desenvolvida e que não foi mencionado que o risco foi eliminado, deverá passar a medida preventiva existente.
- Medida 'Definição de prazos para atualização dos sistemas informáticos de suporte'
- Equacionar a alteração da unidade orgânica coordenadoras ou supervisora da sua implementação; unidades orgânicas propostas: GTIC e CCGCS.
- Medida 'Implementação da ferramenta Gesfarma nos EP Porto, Paços de Ferreira, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal e nos Centros Educativos'
- Equacionar a alteração da unidade orgânica coordenadoras ou supervisora da sua implementação; unidades orgânicas propostas: GTIC e CCGCS.

2.3.4 TESOURARIA

Atividade 20

Gestão de verbas alheias à guarda dos estabelecimentos prisionais e dos centros educativos

Foram avaliados como riscos de corrupção e infrações conexas no âmbito da gestão de verbas alheias à guarda dos estabelecimentos prisionais e dos centros educativos: desvio de dinheiro e de valores, não registo das quantias arrecadadas, perda, modificação ou omissão na execução e registo da informação.

Consideraram-se como medidas preventivas existentes:

- Legislação: Portaria nº 286/2013, de 9 de setembro que define a estrutura orgânica, funcionamento e competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais.
- Manual do pecúlio dos jovens. Segregação de funções e responsabilidades.
- Reconciliações bancárias.
- Supervisão regular pelos responsáveis.
- Prazos para atualização das aplicações informáticas de suporte.
- Existência de normas de procedimento, destacando a proibição da entrada de pessoas alheias aquele serviço.

O PPC prevê as seguintes medidas a adotar, com coordenação e supervisão da responsabilidade de Direção de Serviços Financeiros:

	Estado de execução
• Fundo fixo de caixa ajustado às necessidades mais prementes da gestão corrente do estabelecimento prisional.	Em execução
• Conferência diária dos valores recebidos e registo em suporte informático adequado.	Por iniciar
• Auditorias internas e periódicas às existências em caixa.	Por iniciar
• Fomentar o uso de meios eletrónicos de recebimento e pagamentos em detrimento do uso de numerário.	Por iniciar

Atividade 21

Gestão das receitas próprias geradas nos EP com inclusão da gestão das cantinas, bares e similares

Foram avaliados como riscos de corrupção e infrações conexas no âmbito das receitas próprias geradas nos EP com inclusão da gestão das cantinas, bares e similares: desvio de dinheiro e de valores, não registo das quantias arrecadadas e perda, modificação ou omissão na execução e registo da informação.

Identificaram-se como medidas preventivas existentes:

- Legislação: portaria nº 286/2013, de 9 de setembro, que define a estrutura orgânica, funcionamento e competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais.
- Segregação de funções e responsabilidades.
- Reconciliações bancárias.
- Supervisão regular pelos responsáveis.
- Prazos para atualização das aplicações informáticas de suporte.
- Existência de normas de procedimento, destacando a proibição da entrada de pessoas alheias aquele serviço.

Definiram-se, com coordenação e supervisão da responsabilidade de Direção de Serviços Financeiros, como medidas a adotar:

	Estado de execução
• Manual de procedimentos para gestão das cantinas, bares e similares.	Em execução
• Fundo fixo de caixa ajustado às necessidades mais prementes da gestão corrente do estabelecimento prisional.	Por iniciar
• Conferência diária dos valores recebidos e registo em suporte informático adequado.	Por iniciar
• Auditorias internas e periódicas às existências em caixa.	Por iniciar
• Fomentar o uso de meios eletrónicos de recebimento e pagamentos em detrimento do uso de numerário.	Por iniciar

2.3.5 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Atividade 22

Processamento de abonos e descontos

Identificaram-se como constituindo riscos de corrupção e infrações conexas no processo de processamento de abonos e descontos: pagamento deliberado de abonos indevidos; adulteração de montantes a abonar ou descontar.

Foram apontadas como medidas preventivas existentes:

- Segregação de funções.
- Rotação de pessoal.
- Procedimentos de controlo interno: verificação, pela DAPPA, de ficheiro mensal de abonos e descontos; envio mensal de ficheiro de abonos e descontos aos estabelecimentos prisionais, com os respetivos trabalhadores.

Como medida preventiva a adotar estabeleceu-se:

	Estado de execução
<ul style="list-style-type: none">● Aprofundamento dos mecanismos de controlo interno: inclusão de fórmula de apuramento e respetivos montantes a abonar e/ou descontar nas propostas a submeter a decisão; efetuar a verificação dos abonos e descontos com início em cada mês, complementada com respetiva documentação de suporte; atualização das normas internas de procedimento.	Em execução

Atividade 23

Controlo de assiduidade e pontualidade

A possibilidade de ocorrência de corrupção e infrações conexas são situadas a nível da justificação indevida de faltas, de forma deliberada, e do registo informático de ausências e/ou períodos de trabalho intencionalmente incorreto.

Constituem medidas avaliadas como existentes:

- Definição de procedimentos internos para os estabelecimentos prisionais, sobre registo informático de assiduidade e/ou trabalho suplementar.
- Verificação genérica mensal dos registos efetuados pelos estabelecimentos prisionais e centros educativos.

Consideraram-se como medidas preventivas a adotar:

	Estado de execução
<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundamento dos mecanismos de controlo interno: atualização das normas internas de procedimento; verificação aleatória do cumprimento das normas internas; implementação (em colaboração com o GTIC) de sistemas de registo biométrico nas unidades orgânicas dos serviços externos. 	Em execução

Atividade 24 Recrutamento e seleção de pessoal

Avaliaram-se como riscos de corrupção e infrações conexas no processo de recrutamento e seleção de pessoal: discricionariedade ou favorecimento de candidatos; utilização de critérios pouco objetivos: conflito de interesses.

São medidas preventivas identificadas como existentes:

- Rotatividade dos trabalhadores designados para a constituição dos júris.
- Nomeação de júris diferenciados para os concursos/procedimentos concursais.
- Eventual recurso a entidades externas para aplicação de métodos de seleção.

Foram fixadas no PPC como medidas preventivas a adotar:

	Estado de execução
<ul style="list-style-type: none"> • Propor e implementar minuta de declaração de inexistência de conflito de interesses. 	Por iniciar
<ul style="list-style-type: none"> • Propor e implementar normas internas de procedimento, designadamente no que respeita à utilização de critérios, que deverão ser objetivos, e fundamentação das decisões. 	Por iniciar

2.3.6 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Atividade 25 Aquisição e implementação de meios

Avaliaram-se como inerentes à aquisição e implementação de tecnologias de informação e comunicação riscos de interrupção do serviço e consequente perda de informação e de perturbação da atividade da DGRSP.

No plano das medidas preventivas existentes, constam do PPC:

- Monitorização da infraestrutura tecnológica.

- Redundâncias; existência de backups centralizados.
- Manutenções preventivas nos sistemas de informação.

Foi considerada como medida a adotar:

	Estado de execução
● Manutenção dos serviços/equipamentos com Service Level Agreement ativos.	Concretizada

O risco foi considerado eliminado pelo Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação, entendendo-se que esta avaliação resulta da manutenção dos mecanismos de controlo criados: *check disks* elaborados mensalmente, otimização de recursos, manutenção do SLA por parte do IGFEJ.

Deste modo, considera-se que a medidas deve ser revista, devendo passar de medida a adotar para medida existente, mantendo-se a sua formulação.

Atividade 26 Gestão e controlo de acessos

Possibilidade de acesso indevido à informação, adulteração de dados, divulgação de informação para o exterior são elementos que fundamentam a consideração de que a gestão e controlo dos sistemas tecnológicos e de informação foram identificados como constituindo uma atividade com riscos de corrupção e infrações conexas.

Consideraram-se como inerentes à aquisição e implementação de tecnologias de informação e comunicação riscos de interrupção do serviço e consequente perda de informação e de perturbação da atividade da DGRSP.

Avaliou-se como medida preventiva existente a gestão centralizada de acessos, com implementação de políticas para proteção de dados.

Definiram-se como medidas preventivas a adotar sob responsabilidade do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação:

	Estado de execução
● Comunicação antecipada da movimentação dos colaboradores.	Em execução
● Manter a Active Directory atualizada.	Concretizada

No que se refere à medida 'Manter a Active Directory atualizada', pelo GTIC, esta foi considerada como concretizada pelo GTIC, mas o risco não foi considerado eliminado.

Deste modo, considera-se que esta medida, deve passar com idêntica formulação, de medida a adotar para medida existente.

2.3.7 AUDITORIA E INSPEÇÃO

Atividade 27

Ações de auditoria e de inspeção

Considerou-se poder verificar-se na instrução de processos, na tomada de decisão de instauração de processos de inquérito e disciplinares, nas propostas de realização de inspeções e nas propostas de decisão os seguintes riscos de corrupção ou infrações conexas: má avaliação do funcionamento do serviço e consequentemente não correção de procedimentos que poderão ser incorretos ou ilegais; decisões parciais, subjetivas ou ilegais; deturpação da prova; não deteção de situações que consubstanciem infração.

Foi avaliada como medida preventiva existente o acompanhamento dos processos pelo dirigente de cada Serviço de Auditoria e Inspeção.

O PPC integra, para implementação pelos Serviços e Auditoria e Inspeção da DGRSP, duas medidas preventivas a adotar:

	Estado de execução
• Criação de regulamentos e código de ética.	Por iniciar
• Criação de mecanismos de controlo interno: manual de procedimentos; base de dados informática de onde constem todos os processos e respetivos atos de forma a permitir a seleção aleatória de processos e instrutores e listas de distribuição; monitorização periódica com acompanhamento e supervisão hierárquica da atividade.	Por iniciar
Mais formação.	Por iniciar

É apresentada uma proposta de revisão, que se considera ser de acolher, à medida ‘Criação de mecanismos de controlo interno’, correspondendo a versão reformulada pretendida ao seguinte. “

Criação de mecanismos de controlo interno: manual de procedimentos; base de dados informática de onde constem todos os processos e respetivos atos; monitorização periódica com acompanhamento e supervisão hierárquica da atividade.



AVALIAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

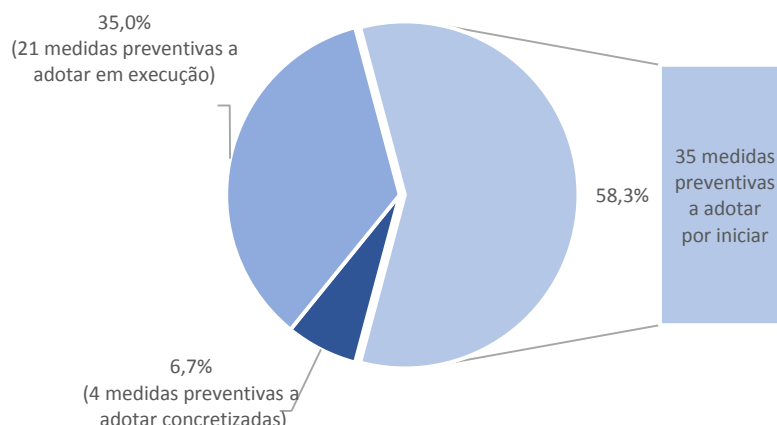
3.1 MEDIDAS PREVENTIVAS DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS: GRAU DE EXECUÇÃO

O Plano de Prevenção da Corrupção contempla medidas preventivas por atividade de risco, tendo estas sido categorizadas como medidas existentes (à data da elaboração do Plano), correspondendo a um total de 100 medidas, e como medidas a adotar (60). Das medidas a adotar, 4 (6,7%) encontram-se concretizadas, 21 (35%) encontram-se em execução e 35 (58,3%) encontram-se por iniciar, ou seja, mais de metade das medidas a adotar, conforme dados que constam do quadro seguinte.

Quadro 1 – Medidas preventivas e distribuição por fase de execução

Área de incidência	Área de atividade	Nº medidas preventivas existentes	Medidas preventivas a adotar						
			Nº	Concretizadas		Em execução		Por iniciar	
				Nº	%	Nº	%	Nº	%
Transversal toda organização	Operativa e instrumental	5	2					2	100,0
Operativa	Assessoria técnica aos tribunais - processos penais e tutelares educativos	6	2			1	50,0	1	50,0
	Execução de medidas tutelares educativas	9	3			1	33,3	2	66,7
	Execução de penas e medidas privativas da liberdade	9	9			7	77,8	2	22,2
	Execução de penas e medidas com vigilância eletrónica	9	2			1	50,0	1	50,0
	Execução de penas e medidas na comunidade	3	1			1	100,0		
Instrumental/ Suporte	Relações externas	2	1	1	100,0				
	Gestão de recursos financeiros e patrimoniais	26	15			3	20,0	12	80,0
	Gestão de stocks - medicamentos	6	6	1	16,7	2	33,3	3	50,0
	Tesouraria	12	9			2	22,2	7	77,8
	Gestão de recursos humanos	8	4			2	50,0	2	50,0
	Tecnologias de informação e comunicação	4	3	2	66,7	1	33,3		
	Auditoria e inspeção	1	3					3	100,0
Total		100	60	4	6,7	21	35,0	35	58,3

Gráfico 1 – Fase de execução das medidas preventivas a adotar



O grau de implementação do PPC é de 41,7%, ou seja, o conjunto de 4 medidas concretizadas mais 21 em execução.

O PPC contempla 27 atividades⁶ classificadas como tendo risco de corrupção associado, das quais 15 com risco fraco, 12 moderado e 2 elevado, segundo a matriz de risco utilizada. Das 60 medidas preventivas a adotar, 35 encontram-se no estado de por iniciar, das quais 12 foram criadas para prevenir risco fraco e 23 para riscos moderados, 21 estão em execução e foram criadas para 7 medidas a prevenir risco fraco, 13 risco moderado e 1 risco elevado. Por outro lado, encontram-se concretizadas 4 medidas preventivas adotadas correspondentes a 1 medida que prevenia risco fraco, outra risco moderado e 2 risco elevado.

Assim, verifica-se a necessidade de colocar em execução as 35 medidas por iniciar, 21 que previnem riscos moderados e 12 riscos fracos.

Em síntese, das 27 atividades da DGRSP relativamente às quais se identificaram riscos de prevenção e infrações conexas, 9 não têm qualquer medida preventiva classificada no Plano como a adotar em execução ou concretizada.

⁶ A atividade comunicação interna e externa é transversal a todas a DGRSP e foram identificados riscos com graduação diferente conforme a atividade seja desenvolvida em EP (risco moderado), nos restantes setores da área operativa (risco fraco) e em áreas de suporte (risco fraco).

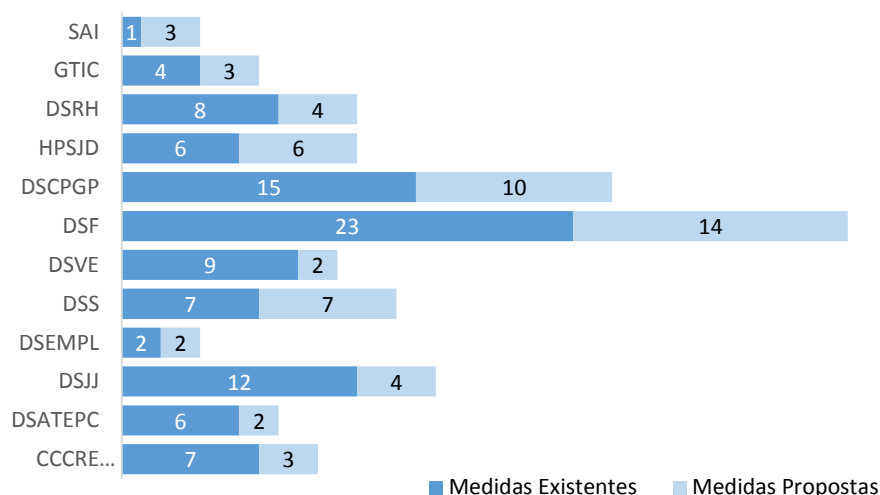
Quadro 2 - Distribuição de medidas preventivas a adotar por grau de risco e por fase de execução

ATIVIDADE COM RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÕES CONEXAS IDENTIFICADA	Nível de risco	Medidas preventivas a adotar					
		Concretizadas		Em execução		Por iniciar	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Comunicação interna e externa	Moderado					2	100,0
Processo de elaboração de documentos de assessoria	Fraco			1	50,0	1	50,0
Exercício das funções profissionais	Fraco			1	50,0	1	50,0
Segurança em centro educativo	Fraco			1	50,0	1	50,0
Gestão da população prisional	Fraco					1	100,0
Regimes de execução das penas	Fraco					1	100,0
Segurança em meio prisional - circulação ilícita de bens	Moderado			5	100,0		
Segurança em meio prisional- circulação ilícita de pessoas	Moderado			2	100,0		
Acesso e gestão do sistema de vigilância eletrónica	Moderado					1	100,0
Exercício das funções profissionais	Fraco			1	100,0		
Informação e relações externas: comunicação social universidades, organismos diversos	Fraco	1	100,0				
Operações e registos contabilísticos	Fraco			1	50,0	1	50,0
Execução orçamental	Moderado			1	100,0		
Produção de informação contabilística	Fraco			1	50,0	1	50,0
Contratação pública: planeamento	Moderado					5	100,0
Contratação pública: compras	Moderado					4	100,0
Contratação pública: execução e gestão de contratos	Moderado					1	100,0
Gestão de inventário de medicamentos	Moderado	1	16,7	2	33,3	3	50,0
Gestão de verbas alheias à guarda dos estabelecimentos prisionais e dos centros educativos	Moderado			1	25,0	3	75,0
Gestão das receitas próprias geradas nos EP com inclusão da gestão das cantinas, bares e similares	Moderado			1	20,0	4	80,0
Processamento de abonos e descontos	Fraco			1	100,0		
Controlo de assiduidade e pontualidade	Fraco			1	100,0		
Recrutamento e seleção de pessoal	Fraco					2	100,0
Aquisição e implementação de meios	Elevado	1	100,0				
Gestão e controlo de acessos	Elevado	1	50,0	1	50,0		
Ações de auditoria e de inspeção	Fraco					3	100,0
Total		4	6,7	21	35,0%	35	58,3

3.2 SINOPSE DOS RELATÓRIOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS COORDENADORAS/SUPERVISORAS

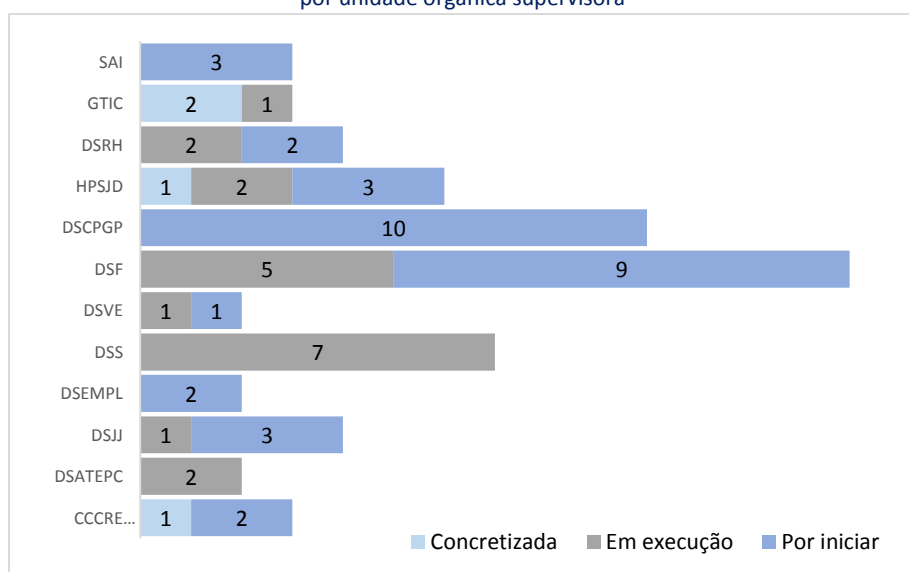
As 100 medidas existentes consideradas como preventivas da corrupção e as 60 medidas definidas como a adotar encontram-se distribuídas por diferentes unidades orgânicas dos serviços centrais, na qualidade de supervisoras/coordenadoras, em função da relação entre as 27 atividades de risco que o PPC integra e as atribuições das diferentes unidades orgânicas, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Número de medidas preventivas existentes e a adotar, por unidade orgânica supervisora/coordenadora



Das 60 medidas preventivas a adotar, 35 encontram-se por iniciar, 21 em execução e 4 concretizadas (ver gráfico 3). Das 21 medidas preventivas em execução e 4 concretizadas, apenas para 14 foram criados mecanismos de controle interno/indicadores e 8 apresentam evidências. Nenhum dirigente solicitou revisão da graduação de risco das medidas. Em 6 medidas, foram sinalizadas as dificuldades na iniciação/implementação.

Gráfico 3 – Número de medidas preventivas propostas por iniciar, em execução e concretizadas, por unidade orgânica supervisora

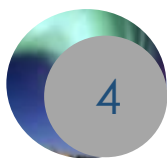


Avaliação da Execução do PPC – dados a 31 de dezembro de 2019

Unidade Orgânica Supervisora/Coordenadora		CCCRE (ex-DSOPRE)	DSATEPC	DSJJ	DSEMP	DSS	DSVE	DSF (ex-DSRFP)	DSCPGP (ex-DSRFP)	HPSJD	DSRH	GTIC	SAI	TOTAL
Nº Riscos Identificados		5	8 ⁽¹⁾	10 ⁽¹⁾	2	2	5	10	17	7	7	5	4	82
Qualificação dos riscos	Risco fraco	4	8	10	2		2	4			7		4	41
	Moderado	1				2	3	6	17	7				36
	Elevado											5		5
Medidas preventivas existentes														
Nº Medidas Existentes		7	6	12	2	7	9	23	15	6	8	4	1	100
Manutenção das medidas preventivas existentes	Sim	7	3	12	2	7	9	23		6	8	4	1	82
	Nº das medidas	1 a 5, 42 e 43	39, 40 e 41	9 a 20	21 e 22	23 a 29	30 a 38	44 a 54 76 a 87		70 a 75	88 a 95	96 a 99	100	
	Não		3						15					18
	Nº das medidas		6, 7 e 8						55 a 69					
	Parcialmente													
	Nº das medidas													

. ⁽¹⁾ Na produção de documentos de assessoria, DSATEPC e DSJJ têm os riscos 4, 5, 6 e 7 em comum.

Medidas preventivas a adotar														
Unidade Orgânica Supervisora/Coordenadora		CCCRE (ex-DSOPRE)	DSATEPC	DSJJ	DSEMP	DSS	DSVE	DSF (ex-DSRFP)	DSCPGP (ex-DSRFP)	HPSJD	DSRH	GTIC	SAI	TOTAL
Nº Medidas Preventivas Propostas		3	2	4	2	7	2	14	10	6	4	3	3	60
Fase de execução das medidas propostas (Nº das medidas)	Concretizada	Med. 20								Med. 37		Med. 55 e 57		4
	Risco eliminado (Sim/Não)											Sim:Med.55 Não:Med.57		
	Em execução		Med. 3 e 19	Med. 6		Med. 10 a 16	1	Med. 21, 23, 24, 42 e 46.		Med. 39 e 40	Med. 51 e 52	Med. 56		21
	Por iniciar	Med. 1 e 2		Med. 4, 5 e 7	Med. 8 e 9		1	Med. 22, 25, 43 a 45 e 47 a 50	Med. 26 a 35	Med. 36, 38 e 41	Med. 53 e 54		Med. 58 a 60	35
Mecanismos de controlo interno criados (Nº das medidas)	Indicadores criados (Sim/Não)	Sim: Med. 20 Não: Med.1 e 2	Sim Med. 3 e 19	Não Med. 6		Não Med. 10 a 16				Sim: Med. 37, 39 e 40	Sim: Med. 51 e 52	Sim Med. 55 a 57		
	Lista de evidências (Sim/Não)	Sim: Med. 20 Não: Med. 1 e2	Sim Med. 3 e 19	Não Med. 6		Não Med. 10 a 12 e 14 a 16				Sim: Med. 37 e 39 Não: Med. 40	Sim: Med. 51 e 52	Não Med. 55 a 57		



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O grau de implementação do Plano de Prevenção da Corrupção é de 41,7%, ou seja, o conjunto de 4 medidas concretizadas mais 21 em execução, encontrando-se por iniciar, no final de 2019, 35 medidas preventivas a adotar, de entre um total de 60.

No sentido de reforçar a eficácia dos mecanismos de prevenção da corrupção na DGRSP e numa perspetiva de melhoria contínua, apresentam-se recomendações, a acolher em sede de eventual revisão do PPC, identificando-se recomendações provenientes de auditoria realizada pela Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça e as que resultam da avaliação realizada por unidades orgânicas da DGRSP.

4.1 PONTO DE SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA INSPEÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS DE JUSTIÇA

A Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça realizou em 2018 auditoria aos planos de prevenção da corrupção dos serviços da justiça (Processo nº V-2/2019 - 'Ação de natureza variada relativa à Monitorização da execução dos Planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas por parte dos organismos e entidades da esfera do Ministério da Justiça'), cujas conclusões verteu em relatório datado de 12 de outubro de 2018, do qual constavam recomendações para a DGRSP.

Posteriormente, efetuou monitorização sobre a implementação das recomendações efetuadas. Da resposta ao questionário efetuada pela DGRSP em 15 de outubro de 2019⁷ constava a identificação de recomendações cuja concretização implicava atividade subsequente e que se apresentam no quadro seguinte, salientando-se as que se encontram por executar.

Do quadro apresentado, resulta, principalmente:

- A oportunidade de, em sede de revisão do Plano, na sequência do trabalho de monitorização desenvolvido, se proceder à definição de medidas de prevenção da corrupção e infrações conexas com incidência sobre a Direção Superior.
- A importância de se agilizar a aprovação do Código de Ética e Conduta da DGRSP.

⁷ Resposta a questionário sobre implementação de recomendações, em resposta a ofício com a referência IGSJ/2019/2182, referente ao Processo n.º V-2/2019 - 'Ação de natureza variada relativa à Monitorização da execução dos Planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas por parte dos organismos e entidades da esfera do Ministério da Justiça'. No decurso da elaboração do presente relatório, a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça apresentou novo pedido de informação sobre implementação das recomendações (ofício com a referência IGSJ/2019/1295).

Resposta ao questionário da Inspeção sobre implementação das recomendações		Estado atual
Recomendação não concretizada	Esclarecimento/ Justificação	
Os Planos devem ser revistos periodicamente. Implementação em curso	Da monitorização em curso do Plano aprovado em 2018, a culminar no relatório de execução do Plano com referência a 31 de dezembro de 2019 poderá resultar a revisão do Plano vigente.	Executada
Deve ser mantido e aprofundado o envolvimento dos dirigentes na revisão e gestão dos Planos. Implementação em curso	Foram responsabilizados formalmente dirigentes com competências nas devidas áreas pelas medidas de prevenção previstas correspondentes ao conjunto das 27 medidas identificadas com risco de corrupção associados e integradas no Plano. Da monitorização em curso do Plano aprovado em 2018, a culminar no relatório de execução do Plano com referência a 31 de dezembro de 2019, poderá resultar a revisão do Plano vigente, com base em eventuais propostas dos diversos dirigentes implicados.	Executada
Devem ser incluídos no Plano os riscos associados às funções dos titulares dos órgãos de direção e gestão. Não implementada	A DGRSP não incluiu riscos associados às funções dos titulares dos órgãos de direção e gestão no Plano de Prevenção da Corrupção aprovado em 2018. Contudo, encetaram-se já diligências internas para definição de riscos e medidas de prevenção neste plano, com envolvimento da Direção Superior.	Não executada
Nas situações de risco mais elevado ou máximo devem ser identificadas medidas de prevenção mais exaustivas. Não implementada	Refere a IGSJ no seu relatório, referindo-se à DGRSP: "(...) nas 6 situações de risco elevado identificadas (todas na área das tecnologias de informação e comunicação), o Plano não consagra medidas de prevenção mais exaustivas, limitando-se a preconizar 8 medidas preventivas, todas a cargo da mesma unidade orgânica. Tal é especialmente evidente nos riscos de "acesso indevido à informação, adulteração de dados e divulgação de informação para o exterior", nos quais o nível de risco é máximo em virtude de a probabilidade de ocorrência e a gravidade da consequência serem ambos elevados, pelo que se imporia a consagração de medidas preventivas excecionais, eventualmente envolvendo na sua implementação mais que uma unidade orgânica." Reconhecendo a pertinência da avaliação efetuada, e sem prejuízo de, no decurso da monitorização em curso, que pode culminar na revisão do Plano, as medidas de prevenção vierem a ser mais detalhadas, não encontra a DGRSP, tendo em conta as competências das diferentes unidades orgânicas e a natureza das 6 medidas previstas, forma de envolvimento de outras unidades orgânicas.	Não executada
Os Planos devem prever a elaboração de um Relatório de avaliação/execução, com periodicidade anual. Implementação em curso	O Plano de Prevenção da Corrupção da DGRSP foi aprovado superiormente em julho de 2018 e divulgado junto dos dirigentes através de email datado de 2 de agosto de 2018, solicitando-se a ampla divulgação junto dos trabalhadores. Efetivamente, não foi elaborado relatório de avaliação/execução relativo a 2018, mas a DGRSP encontra-se a desenvolver diligências com vista à apresentação de relatório anual relativo a 2019.	Executada

Resposta ao questionário da Inspeção sobre implementação das recomendações		Estado atual
Recomendação não concretizada	Esclarecimento/ Justificação	
Os Relatórios de avaliação/execução devem quantificar o grau de implementação das medidas preventivas elencadas para a eliminação ou mitigação dos riscos identificados no Plano. Não implementada	A DGRSP não elaborou relatório de avaliação/execução relativo a 2018 (o Plano da DGRSP foi aprovado em julho de 2018), pelo que se prevê que o facto da 1ª monitorização relatório de avaliação/execução ser a de 2019 não permita avançar para taxas de Implementação mas, em primeiro lugar, para uma quantificação de medidas iniciadas e por iniciar.	Executada
Os organismos devem aprovar Códigos de Conduta, que devem ser revistos periodicamente. Implementação em curso	Foi constituído grupo de trabalho a 30 de agosto de 2018, constituído por dirigentes, para elaboração de Código de Ética e de Conduta da DGRSP, prevendo-se que até final de 2019 a DGRSP passe a dispor de código de conduta próprio.	Não executada
O Código de Conduta deve ser publicitado na página oficial do organismo na Internet bem como na respetiva Intranet. Implementação em curso	Foi constituído grupo de trabalho a 30 de agosto de 2018, constituído por dirigentes, para elaboração de Código de Ética e de Conduta da DGRSP, prevendo-se que até final de 2019 a DGRSP passe a dispor de código de conduta próprio.	Não executada
O Código de Conduta deve ser comunicado aos Gabinetes dos membros do governo da área da Justiça, à IGSJ e ao CPC. Não implementada	Foi constituído grupo de trabalho a 30 de agosto de 2018, constituído por dirigentes, para elaboração de Código de Ética e de Conduta da DGRSP, prevendo-se que até final de 2019 a DGRSP passe a dispor de código de conduta próprio. Concluído o mesmo, assegurar-se-á a sua divulgação às devidas entidades.	Não executada
A gestão de conflitos de interesses deve ser regulada no Plano e/ou no Código de Conduta. Implementação em curso	Refere o relatório da IGSJ sobre a DGRSP: “A matéria relativa aos conflitos de interesses não é referenciada no Plano, não se identificando, nem as normas e medidas de gestão, nem as situações concretas, nem as medidas adotadas para prevenir ou controlar a ocorrência de tais conflitos. A eventual aprovação de um Código de Conduta específico da DGRSP poderá assim ser o momento ideal para regular esta matéria, consagrando medidas preventivas, corretivas e de controlo.”Contudo, deve a DGRSP referir que:	Não executada
As normas e medidas de gestão de conflitos de interesses devem identificar situações concretas, ser permanentemente monitorizadas e alvo de revisão periódica. Implementação em curso	<p>a) O conflito de interesses consta da descrição de risco das atividades com risco associados constantes do Plano (atividades classificadas como 2, 3, 9, 11 e 24).</p> <p>b) Consta também das medidas a criar relativas às atividades 17 e 24.</p> <p>São referidas medidas existentes e a adotar, sem prejuízo de que da avaliação anual possa resultar necessidade de uma maior relação ou clarificação entre estas e o conflito de interesses.</p> <p>Tal não invalida que o Código de Conduta da DGRSP aborde concretamente a questão do conflito de interesses: foi constituído grupo de trabalho a 30 de agosto de 2018, constituído por dirigentes, para elaboração de Código de Ética e de Conduta da DGRSP, prevendo-se que até final de 2019 a DGRSP passe a dispor de código de conduta próprio.</p>	Não executada

4.2 RECOMENDAÇÕES BASEADA NA AVALIAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DA DGRSP

Apresentam-se os principais aspetos que resultam da avaliação efetuada pelas unidades orgânicas da DGRSP responsáveis pela coordenação/supervisão da execução do Plano de Prevenção da Corrupção.

Conclui-se pela necessidade de proceder a uma revisão do Plano de Prevenção da Corrupção, de modo a acolher as recomendações aqui referidas e, eventualmente, aprofundar a definição de indicadores exequíveis que facilitem às unidades orgânicas diretamente envolvidas a execução das medidas nele integradas.

1. Atendendo ao elevado número de medidas preventivas a adotar por iniciar (35), as unidades orgânicas supervisoras devem integrar nos mapas de objetivos do Plano de Atividades a operacionalização do Plano de Prevenção da Corrupção, no sentido de parametrizar objetivos/indicadores com base nas medidas preventivas propostas no PPC.
2. A concorrer para a concretização dos objetivos das unidades orgânicas, sempre que exequível, tendo em vista reforçar o envolvimento de todos os trabalhadores na prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, os dirigentes devem desdobrar (aquando da negociação dos objetivos com os avaliados) medidas preventivas com indicadores de medida de objetivos, a integrar as fichas de avaliação em sede de SIADAP 3, a aplicar no ciclo avaliativo do biénio 2021/2022.
3. O PPC e os relatórios de monitorização devem ser alvo de ampla divulgação e sensibilização junto dos trabalhadores.
4. Apenas para 14 foram reportados mecanismos de controlo interno/indicadores e para 8 listadas evidências. Os responsáveis das unidades orgânicas supervisoras/coordenadoras, com medidas em execução e/ou concretizadas, sempre que possível, devem criar mecanismos de controlo interno/indicadores e evidências, a fim de permitir quantificar o grau de implementação das medidas preventivas elencadas para a eliminação ou mitigação dos riscos identificados no PPC.
5. Na atividade ‘Comunicação interna a externa’ as medidas preventivas ‘Reforço de supervisão’ e ‘Reforço da ação disciplinar’ devem manter-se apenas como medidas existentes, deixando de constar como medidas a adotar, após a aprovação do Código de Ética e de Conduta da DGRSP
6. Na atividade “Processo de elaboração de documentos de assessoria técnica aos tribunais no âmbito de processos penais”, os riscos identificados traduzem-se na possibilidade de: aproveitamento indevido da posição e função profissional; favorecimento de interesses pessoais ou de terceiros; conflito de interesses; aceitação indevida de ofertas. A unidade orgânica responsável assinala a não necessidade da continuidade das medidas preventivas existentes, não especificando quais, sendo ainda de referir que é sobre medidas aqui incluídas que recai a avaliação da conformidade prevista na medida a adotar 03 (Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes), que se encontra em execução e cuja revisão não é solicitada.

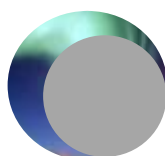
7. Na atividade 'Exercício das funções profissionais na execução de penas e medidas na comunidade' , medida 'No contexto da execução do trabalho comunitário, promover a rotatividade dos técnicos na articulação com as entidades beneficiárias de trabalho (EBT) e reforçar a participação do coordenador' a responsável apresenta proposta de revisão de medida, considerando que um guia de boas práticas de articulação com as entidades beneficiárias de trabalho, para além de corresponder a necessidades de aperfeiçoamento da articulação com as entidades beneficiárias de trabalho, melhor poderá corresponder à prevenção dos risco de corrupção, proposta que deverá ser acolhida na revisão do PPC.
8. Para a atividade 'Segurança em meio prisional – circulação ilícita de bens', considera-se que, em sede de revisão do Plano, a medida 'Reforço de revistas e buscas' deve manter-se apenas em medida existente, deixando de constar como medida a adotar e a medida 'Formação profissional', pela sua natureza abrangente, deve ser revista, devendo ser concretamente retirada do PPC.
9. Para a atividade 'Segurança em meio prisional – circulação ilícita de pessoas', considera-se que, em sede de revisão do Plano, a medida 'Formação profissional', pela sua natureza abrangente, deve ser revista, devendo ser concretamente retirada do PPC.
10. A Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial, cuja criação resultou da alteração da estrutura orgânica dos serviços centrais da DGRSP em 2019 (Portaria n.º 300/2019, de 11 de setembro), responsável por 10 medidas preventivas a adotar referentes às atividades de 'Contratação Pública: planeamento, compras e execução e gestão de contratos', apresentou, aquando da recolha de dados de monitorização, uma nova proposta de atividades de risco e de medidas preventivas, que deve ser enquadrada numa revisão do Plano de Prevenção da Corrupção.
11. Para a atividade 'Gestão de inventário de medicamentos', a medida preventiva no estado de por iniciar 'Criação de uma interface entre o *Gesfarma* e o *Gerfip*' deve ser revista para a formulação indicada: 'Controlo do fornecimento de estupefacientes aos serviços clínicos do HPSJD; Controlo do fornecimento de hemoderivados aos serviços clínicos do HPSJD'. Também se deve equacionar a alteração da unidade orgânica coordenadoras ou supervisora da sua implementação, passando do HPSJD para GTIC e CCGCS. Reformular a medida 'Normas de procedimentos para processos específicos' para 'Normas de procedimentos para processos específicos: Controlo do fornecimento de estupefacientes aos serviços clínicos do HPSJD; Controlo do fornecimento de hemoderivados aos serviços clínicos do HPSJD'. Sendo avaliada como medida concretizada, e tendo em conta a intervenção desenvolvida e que não foi mencionado que o risco foi eliminado, deverá passar a medida preventiva existente.
12. Ainda para a atividade 'Gestão de inventário de medicamentos', as medidas 'Definição de prazos para atualização dos sistemas informáticos de suporte' e 'Implementação da ferramenta *Gesfarma* nos EP Porto, Paços de Ferreira, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal e nos Centros Educativos' se deve equacionar a alteração da unidade orgânica coordenadoras ou supervisora da sua implementação, passando do HPSJD para GTIC e CCGCS.
13. Para a atividade 'Aquisição e implementação de meios', através da concretização da medida preventiva 'Manutenção dos serviços/equipamentos com *Service Level Agreement* ativos' o

risco foi considerado eliminado pelo Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação, entendendo-se que esta avaliação resulta da manutenção dos mecanismos de controlo criados: *check disks* elaborados mensalmente, otimização de recursos, manutenção do SLA por parte do IGFEJ. Deste modo, considera-se que a medida deve ser revista, devendo passar de medida a adotar para medida existente, mantendo-se a sua formulação.

14. Para a atividade 'Gestão e controlo de acessos' a medida 'Manter a Active Directory atualizada' foi considerada concretizada pelo Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação, mas o risco não foi eliminado, deste modo, considera-se que esta medida, deve passar com idêntica formulação, de medida a adotar para medida existente.
15. Para a atividade 'Ações de auditoria e inspeção' é apresentada uma proposta de revisão, que se considera ser de acolher, à medida 'Criação de mecanismos de controlo interno', correspondendo a versão reformulada pretendida a 'Criação de mecanismos de controlo interno: manual de procedimentos; base de dados informática de onde constem todos os processos e respetivos atos; monitorização periódica com acompanhamento e supervisão hierárquica da atividade'.

Apresenta-se quadro síntese das medidas preventivas com recomendação para eventual inclusão em versão revista do PPC.

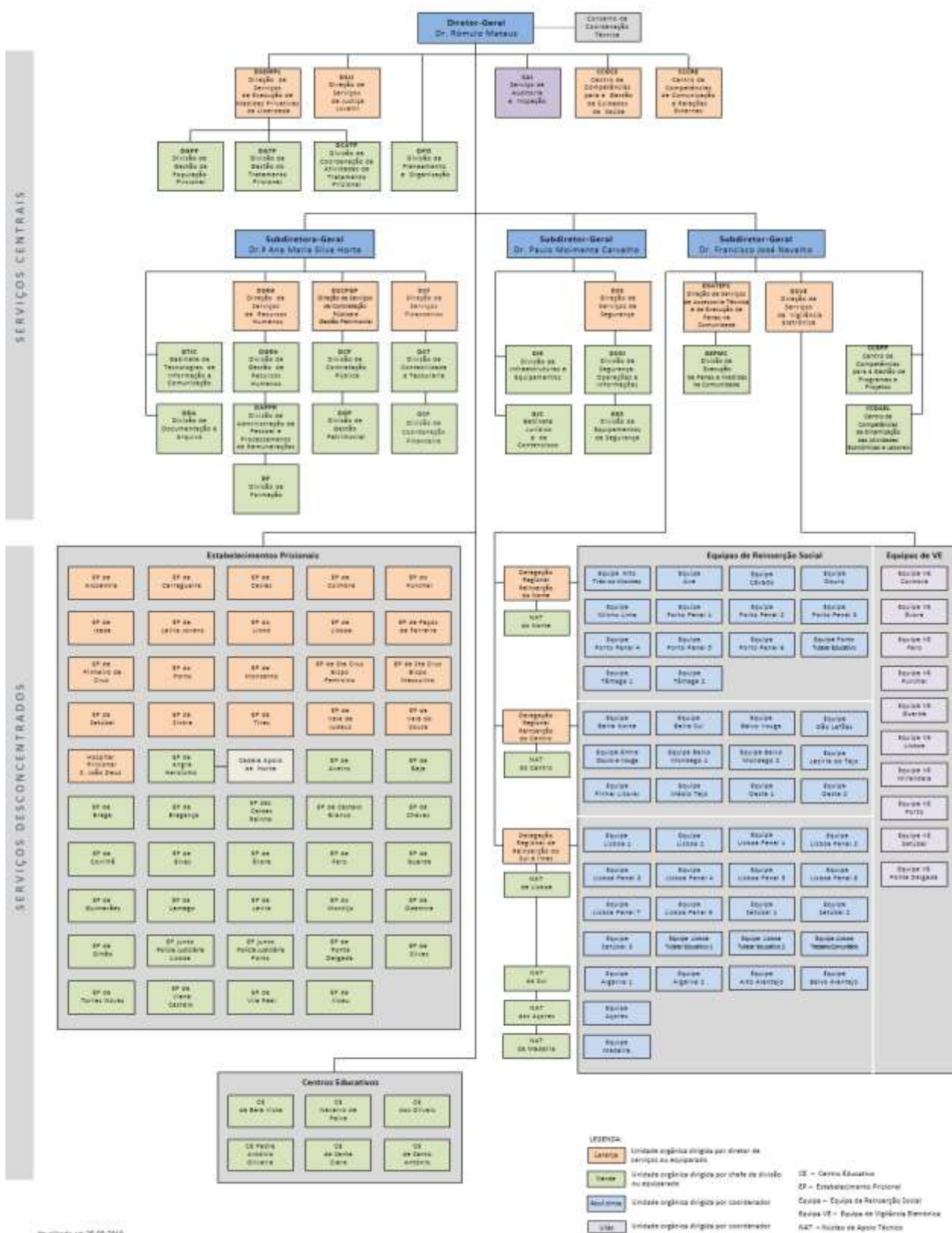
Atividade	Unidade Orgânica Coordenadora Supervisora	Propostas de alterações apresentadas pelas unidades orgânicas a considerar para versão revista do PPC
‘Comunicação interna e externa’	CCCRE	É proposta a revisão da medida ‘Reforço de supervisão’ relativamente ao uso e divulgação de informação privilegiada e/ou daquela que nos termos da lei não deva ser divulgada’ para ‘Implementação do Código de Ética e de Conduta da DGRSP, passando esta medida a existente após a aprovação do mesmo. Proposta idêntica de ‘Reforço de ação disciplinar’.
‘Exercício das funções profissionais na execução de penas e medidas na comunidade’	DSATEPC	Em vez da medida ‘No contexto da execução do trabalho comunitário, promover a rotatividade dos técnicos na articulação com as entidades beneficiárias de trabalho (EBT) e reforçar a participação do coordenador’, ppropõe-ser ‘guia de boas práticas de articulação com as entidades beneficiárias de trabalho’.
‘Segurança em meio prisional – circulação ilícita de bens’	DSS	A medida preventiva ‘Reforço de revistas e buscas’ deve deixar de ser considerada medida preventiva a adotar e passar para medida existente.
‘Segurança em meio prisional – circulação ilícita de bens’	DSS	A medida preventiva a adotar ‘Formação profissional’ deve ser retirada do PPC.
‘Segurança em meio prisional – circulação ilícita de pessoas’	DSS	A medida preventiva a adotar ‘Formação profissional’ deve ser retirada do PPC.
‘Gestão de inventário de medicamentos’	HPSJD	A medida preventiva a adotar ‘Criação de uma interface entre o Gesfarma e o Gerfip’ deve ser reformulada para ‘Controlo do fornecimento de estupefacientes aos serviços clínicos do HPSJD; Controlo do fornecimento de hemoderivados aos serviços clínicos do HPSJD’. Proposto equacionar a alteração da unidade orgânica coordenadoras ou supervisora da sua implementação, passando do HPSJD para GTIC e CCGCS.
‘Gestão de inventário de medicamentos’	HPSJD	A medida preventiva ‘Normas de procedimentos para processos específicos’ deve ser reformulada para ‘Normas de procedimentos para processos específicos: Controlo do fornecimento de estupefacientes aos serviços clínicos do HPSJD; Controlo do fornecimento de hemoderivados aos serviços clínicos do HPSJD’ e, como medida concretizada, pertencer às medidas existentes, deixando de ser medida preventiva a adotar.
‘Gestão de inventário de medicamentos’	HPSJD	Para a medida preventiva ‘Definição de prazos para atualização dos sistemas informáticos de suporte’ proposto equacionar alteração da unidade orgânica coordenadoras ou supervisora da sua implementação, passando do HPSJD para GTIC e CCGCS.
‘Gestão de inventário de medicamentos’	HPSJD	Para a medida preventiva ‘Implementação da ferramenta <i>Gesfarma</i> nos EP Porto, Paços de Ferreira, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal e nos Centros Educativos’ proposto equacionar alteração da unidade orgânica coordenadoras ou supervisora da sua implementação, passando do HPSJD para GTIC e CCGCS.
‘Aquisição e implementação de meios’	GTIC	Para a medida preventiva considerada concretizada pelo GTIC, ‘Manutenção dos serviços/equipamentos com <i>Service Level Agreement</i> ativos’. deve passar de medida a adotar para medida existente.
‘Gestão e controlo de acessos’	GTIC	A medida preventiva ‘Manter a Active Directory atualizada’ foi considerada concretizada pelo GTIC, mas o risco não eliminado, deve passar com idêntica formulação, de medida a adotar para medida existente
‘Ações de auditoria e inspeção’	SAI	A medida preventiva a adotar ‘Criação de mecanismos de controlo interno’ deve ser reformulada para ‘Criação de mecanismos de controlo interno: manual de procedimentos; base de dados informática de onde constem todos os processos e respetivos atos; monitorização periódica com acompanhamento e supervisão hierárquica da atividade’.
Medidas na área da contratação pública e gestão patrimonial	DSCPGP	A Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial, cuja criação resultou da alteração da estrutura orgânica dos serviços centrais da DGRSP em 2019 (Portaria n.º 300/2019, de 11 de setembro), responsável por 10 medidas preventivas a adotar apresentou uma nova proposta de atividades de risco e de medidas preventivas, que dever ser enquadrada numa revisão do Plano de Prevenção da Corrupção.



ANEXOS

Anexo 1

Organograma da DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS



Anexo 2

MATRIZ DE RISCO

O Conselho de Prevenção da Corrupção recomenda que todos os elementos de risco devem estar sujeitos a uma graduação, em função de dois fatores: Probabilidade de Ocorrência (PO) e Gravidade da Consequência (GC).

No Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRSP foi utilizada uma classificação para cada atividade de risco identificada em função destes dois fatores.

Fatores de graduação	1 Fraco	2 Moderado	3 Elevado
PO - Probabilidade de ocorrência			
	Decorre de um processo com hipóteses de ocorrência excecional - até 25%.	Decorre de um processo esporádico com hipóteses de ocorrência de 25% a 75%.	Decorre de um processo com hipóteses de ocorrência frequente – superior a 75%.
GC – Gravidade da consequência			
	Sem potencial de dano grave para além da imagem com impacto nulo ou reduzido na estratégia e atividade organizacionais.	Provoca prejuízos operacionais, perturbando o normal funcionamento e a estratégia organizacionais.	Provoca elevados prejuízos, sobretudo financeiros, violando os princípios do interesse público, da credibilidade, operacionalidade e estratégia organizacionais.

Da articulação ou combinação dos fatores probabilidade de ocorrência (PO) e gravidade da consequência (GC) resulta o nível de risco geral ou graduação do risco (GR), associado a determinada área ou atividade.

MATRIZ DE RISCO		PO Probabilidade de ocorrência		
		1 Fraco	2 Moderado	3 Elevado
GC Gravidade da consequência	1 Fraco	Fraco	Fraco	Moderado
	2 Moderado	Fraco	Moderado	Elevado
	3 Elevado	Moderado	Elevado	Elevado

Anexo 3

GRELHAS DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPC POR UNIDADE ORGÂNICA COORDENADORA/SUPERVISORA

Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
<p>Atividade 01</p> <p>Comunicação interna e externa</p> <p>Área: Operativa e instrumental/ transversal a toda a organização</p>	<p>Uso e divulgação de informação privilegiada e/ou daquela que nos termos da lei não deva ser divulgada.</p> <p><i>O nível de risco é distinto consoante a PO, considerando o histórico em cada área e a sua gravidade.</i></p> <p><i>Consequentemente, a GR é variável, o que se procurou:</i></p> <p>01 Em estabelecimentos prisionais.</p> <p>02 Nos restantes setores da atividade operativa.</p> <p>03 Em áreas de suporte.</p>	<p>Em estabelecimentos prisionais</p> <p>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado</p> <p>(PO=2;GC=2)</p> <p>Nos restantes sectores da área operativa</p> <p>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado</p> <p>(PO=1;GC=1)</p> <p>Em áreas de suporte</p> <p>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado</p> <p>(PO=1;GC=2)</p>	<p>Todas as unidades orgânicas da DGRSP</p>
<p>A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)</p>			
<p>01 Lei geral.</p> <p>02 Regulamentos</p> <p>03 Manuais de procedimentos.</p> <p>04 Circulares.</p> <p>05 Mecanismos institucionais de supervisão e de controlo da atividade.</p>			
<p>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</p> <p>a • Sim <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <p>1 2 3 4 5</p> <p>c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <p>1 2 3 4 5</p>		<p>Justificação:</p> <p>(caso se proponha alguma alteração)</p> <p>1 2 3 4 5</p>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

01

Reforço de supervisão.

(Uso e divulgação de informação privilegiada e/ou daquela que nos termos da lei não deva ser divulgada).

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno (por (a) estabelecimentos prisionais; (b) nos restantes setores da atividade operativa; (c) em áreas de suporte:</p> <p>1. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>O Código de Ética / Conduta que está a ser trabalhado poderá vir a constituir mais um instrumento legal para que quem tem competência para tal possa mandar reforçar os procedimentos disciplinares tidos por adequados.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>Se a resposta for sim, justificar: <i>Considera-se desnecessário criar novas medidas, dado que a avaliação feita permite concluir que os procedimentos disciplinares, já existentes e legalmente enquadrados, se afiguram como adequados.</i></p>

02

Reforço de ação disciplinar.

(Uso e divulgação de informação privilegiada e/ou daquela que nos termos da lei não deva ser divulgada).

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno (por (a) estabelecimentos prisionais; (b) nos restantes setores da atividade operativa; (c) em áreas de suporte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>O Código de Ética / conduta que está a ser trabalhado poderá vir a constituir mais um instrumento legal para que quem tem competência para tal possa mandar reforçar os procedimentos disciplinares tidos por adequados.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar: <i>Considera-se desnecessário criar novas medidas, dado que a avaliação feita permite concluir que os procedimentos disciplinares, já existentes e legalmente enquadrados, se afiguram como adequados.</i></p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
<p>Atividade 12</p> <p>Informação e relações externas: comunicação social universidades, organismos diversos</p> <p>Área: Relações externas</p>	<p>27 Uso e divulgação de informação privilegiada e daquela que nos termos da lei não deva ser divulgada.</p> <p>28 Passagem de informação deturpada à comunicação social.</p>	<p>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado</p> <p>(PO=1;GC=1)</p>	CCCRE
<p>A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)</p>			
<p>42 A informação é fornecida por fontes primárias e a sua transmissão ao exterior é validada pela Direção Superior.</p> <p>43 Toda a informação (estatística ou qualitativa) é recolhida junto de terceiros, pelo que há sempre de registos do ato de recolha nos sistemas de informação/base de dados internos ou junto de dirigentes/técnicos de outras unidades orgânicas.</p>			
<p>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</p> <p>a • Sim <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <p style="margin-left: 100px;">42 43</p> <p>c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <p style="margin-left: 100px;">42 43</p>		<p>Justificação:</p> <p>(caso se proponha alguma alteração)</p> <p style="margin-left: 100px;">42 43</p>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

20

Eventual aperfeiçoamento da obtenção da informação na fonte primária.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno:</p> <p><i>Todas a respostas remetidas para o exterior, incluindo as respeitantes a estudos/ investigações/ estágios académicos e comunicação social, são submetidas a Despacho Superior prévio.</i></p> <p><i>A avaliação dos pedidos de estudos, investigações e estágios académicos encontra-se padronizada, sendo regulada pela Circular 5/GDG/2001 de 18 de junho.</i></p> <p><i>A recolha de informação é sempre feita junto das fontes primárias, sejam os responsáveis das Unidades Orgânicas, sejam as bases de dados no caso da informação estatística.</i></p> <p><i>No caso da elaboração das estatísticas as fontes primárias reportam aos documentos recolhidos das bases de dados, nos quais consta o nome de quem recolheu a informação e a data de recolha. Tratada estatisticamente, a informação só é remetida para o exterior após prévio despacho superior.</i></p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p><i>As evidências são os documentos recolhidos das bases de dados nos quais consta o nome de quem recolheu a informação e a data de recolha, bem como os despachos a autorizar os envios dos documentos.</i></p> <p><i>Verifica-se, deste modo, a existência de mecanismos de controlo interno que garantem a transparência do acesso aos dados estatísticos primários.</i></p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Propõe-se que a medida deixe de constar no próximo Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, uma vez que se considera que os mecanismos preventivos existentes são suficientes e adequados.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas e Medidas na Comunidade

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
<p>Atividade 02</p> <p>Processo de elaboração de documentos de assessoria</p> <p>Área: Assessoria técnica aos tribunais no âmbito de processos penais e tutelares educativos</p>	<p>04 Aproveitamento indevido da posição e função profissional.</p> <p>05 Favorecimento de interesses pessoais ou de terceiros.</p> <p>06 Conflito de interesses.</p> <p>07 Aceitação indevida de ofertas.</p>	<p>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado</p> <p>(PO=1;GC=1)</p>	<p>DSATEPC</p> <p>DSVE</p> <p>DRR</p> <p>ERS</p> <p>EVE</p>
<p>A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)</p>			
<p>Processos penais:</p> <p>06 Dever da confidencialidade e de salvaguarda de identidade para com terceiros.</p> <p>07 Manuais de procedimentos.</p> <p>08 Equipas de reinserção social e nas equipas de vigilância eletrónica - coordenação e supervisão regular da atividade em três níveis: 1º coordenador de equipa; 2º Delegações Regionais (exceto casos em vigilância eletrónica); 3º Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade, Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica.</p>			
<p>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</p> <p>a • Sim <input type="checkbox"/></p> <p>b • Não <input checked="" type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <p><input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8</p> <p>c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <p><input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8</p>		<p>Justificação:</p> <p>(caso se proponha alguma alteração)</p> <p><input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8</p>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

03 Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados: Considerando que as hipóteses de ocorrência são excecionais, a DSATEPC, em colaboração com as Delegações Regionais de Reinserção, manteve as boas práticas desenvolvidas pelos serviços congéneres de <i>probation</i>, no sentido de promover a Formação de técnicos superiores e a Supervisão técnica e apoio à atividade operativa por outra instância de diferente nível hierárquico.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reuniões periódicas, envolvendo a DSATEPC, Núcleos de Apoio Técnico das Delegações Regionais de Reinserção e Coordenadores de Equipa, nomeadamente para aferir objetivos e critérios de supervisão técnica 2. Ações de formação contínua, integrando vertentes que invocam o conteúdo funcional do técnico superior e que o habilitam a fazer uso do poder discricionário no quadro da autonomia técnica que lhes é conferida. 3. Supervisão e Experimentação de instrumentos técnicos, utilizados por técnicos superiores que enfatizam as metodologias que conferem maior grau de objetividade e credibilidade pela busca de um processo de recolha e tratamento de informação mais diversificado e transparente. 4. Reclamações/exposições. Não foi sujeito à análise da DSATEPC qualquer processo com atividades que indicassem os riscos que esta medida pretende acautelar. 	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar.</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 11 Exercício das funções profissionais Área: Execução de penas e medidas penais na comunidade	23 Favorecimento de interesses pessoais ou de terceiros 24 Conflito de interesses. 25 Aproveitamento indevido da posição e função profissional. 26 Aceitação indevida de vantagens.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=1;GC=1)	r DSATEPC DRR
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
39 Manuais de procedimentos técnicos. 40 Coordenação e supervisão regular da atividade desenvolvida por três níveis: 1º coordenador de equipa; 2º Delegações Regionais/NATs; 3º Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade. 41 Intervenção interdisciplinar em equipa (promove a transparência). Instrumentos institucionalizados de audição e participação dos utentes, nomeadamente reclamações.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a• Sim <input checked="" type="checkbox"/> b• Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>39 40 41</div> c• Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>39 40 41</div>		Justificação: (caso se proponha alguma alteração) <div>39 40 41</div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

19 No contexto da execução do trabalho comunitário, promover a rotatividade dos técnicos na articulação com as entidades beneficiárias de trabalho (EBT) e reforçar a participação do coordenador.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar o mecanismos de controlo interno criados:</p> <p>1. Levantamento das práticas operativas dos Coordenadores e TRS na articulação com as EBT, tendentes a detetar a eventual necessidade de consolidar orientações técnicas e/ou corrigir assimetrias, através da auscultação dos Coordenadores de Equipa por meio de questionário.</p> <p>2. Análise e sistematização dos resultados dos questionários a Coordenadores realizada pelos Núcleos de Apoio Técnico das Delegações Regionais de Reinserção, por forma a aferir eventuais fragilidades do ponto de vista da gestão de pedidos judiciais, da gestão da Bolsa de EBT – angariação, relacionamento, contactos e avaliação da parceria – e corrigir práticas não conformes e/ou efetuar propostas de melhoria se entendidas como necessárias.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>38 questionários aos coordenadores de Equipa de reinserção Social com intervenção na execução de penas e medidas de trabalho comunitário:</p> <ul style="list-style-type: none"> - NAT Sul: 4 questionários - NAT Madeira: 1 questionário - NAT Açores: 1 questionário - NAT Centro: 11 questionários - NAT Lisboa: 9 questionários - NAT Norte: 12 questionários <p>2. 6 relatórios de avaliação elaborados pelos Núcleos de Apoio Técnico das Delegações Regionais de Reinserção</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Analizados os resultados dos questionários aos coordenadores de Equipa ressaltam algumas fragilidades (para as quais contribui seguramente o número excessivo de pedidos judiciais para execução de trabalho comunitário) que poderão ser superadas pela emissão de instruções naquilo que se refere à gestão da Bolsa de EBT, nomeadamente sobre a angariação, relacionamento, contactos e avaliação da parceria.</i> <i>Assim, propõe-se que a medida a adotar, em substituição da medida de “promover a rotatividade dos técnicos na articulação com as EBT e reforçar a participação do coordenador.”, seja a conceção de um guia de boas práticas de articulação com as entidades beneficiárias de trabalho.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

Direção de Serviços de Justiça Juvenil

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
<div>Atividade 02</div> <div>Processo de elaboração de documentos de assessoria</div> <div>Área: Assessoria técnica aos tribunais no âmbito de processos penais e tutelares educativos</div>	<div>04 Aproveitamento indevido da posição e função profissional.</div> <div>05 Favorecimento de interesses pessoais ou de terceiros.</div> <div>06 Conflito de interesses.</div> <div>07 Aceitação indevida de ofertas.</div>	<div>1-Fraco2-Moderado3-Elevado</div> <div>(PO=1;GC=1)</div>	<div>DSJJ</div> <div>DRR</div> <div>ERS</div> <div>CE</div>
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
<div>Processos tutelares educativos:</div> <div>09 Dever da confidencialidade e de salvaguarda de identidade para com terceiros.</div> <div>10 Manuais de procedimentos.</div> <div>11 Equipas de reinserção social e nas equipas de vigilância eletrónica - coordenação e supervisão regular da atividade em três níveis: 1º coordenador de equipa; 2º Delegações Regionais (exceto casos em vigilância eletrónica); Direção de Serviços de Justiça Juvenil. Centros educativos - coordenação e supervisão regular da atividade em três níveis: 1º coordenação; 2º Conselho Pedagógico; 3º Direção de Serviços de Justiça Juvenil.</div>			
<div>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</div> <div>a• Sim<input checked="" type="checkbox"/></div> <div>b• Não<input type="checkbox"/> Indicar quais:</div> <div><div>91011</div></div> <div>c• Apenas parcialmente<input type="checkbox"/> Indicar quais:</div> <div><div>91011</div></div>		<div>Justificação:</div> <div>(caso se proponha alguma alteração)</div> <div><div>91011</div></div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

04 Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 03 Exercício das funções profissionais Área: Execução de medidas tutelares educativas	08 Favorecimento de interesses pessoais ou de terceiros 09 Conflito de interesses. 10 Aproveitamento indevido da posição e função profissional. 11 Aceitação indevida de vantagens.	<div>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado</div> (PO=1;GC=1)	DSJJ DRR ERS CE
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
12 Manuais de procedimentos técnicos. 13 Coordenação e supervisão regular da atividade desenvolvida por três níveis: 1º coordenador de equipa; 2º Delegações Regionais/NAT; 3º Direção de Serviços de Justiça Juvenil. 14 Intervenção interdisciplinar em equipa (promove a transparência). 15 Instrumentos institucionalizados de audição e participação dos utentes.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a • Sim <input checked="" type="checkbox"/> b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>12 13 14 15</div> c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>12 13 14 15</div>		Justificação: <i>(caso se proponha alguma alteração)</i> <div>12 13 14 15</div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

05 Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 04 Segurança em centro educativo Área: Execução da medida tutelar educativa com internamento	12 Introdução de objetos, produtos e bens perigosos/ilícitos/ proibidos. 13 Favorecimento ou agravamento do jovem internado, incluindo a possibilidade de ocorrência de ausências não autorizadas.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=1;GC=1)	DSJJ CE
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
16 Legislação: Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos. 17 Regulamento interno do centro educativo. 18 Controlo de entradas de pessoas e bens. 19 Trabalho em equipa com supervisão. 20 Procedimentos e regras de segurança: revistas regulares e aleatórias aos espaços, bens e jovens, efetuadas por dois profissionais.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a• Sim <input checked="" type="checkbox"/> b• Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>16 17 18 19 20</div> c• Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>16 17 18 19 20</div>		Justificação: <i>(caso se proponha alguma alteração)</i> <div>16 17 18 19 20</div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

06 Reforço da supervisão aleatória do procedimento de revistas.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Por iniciar <input type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar.

07 Sistema de videovigilância em todos os centros educativos.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar: <i>Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida, uma vez que apesar das diligências efetuadas e planeamentos com a Divisão de Equipamentos de Segurança (ex-Divisão de Logística, Sistemas e Tecnologias de Segurança), não se obteve qualquer resultado que permita prever se os Centros Educativos serão contempladas nem os que necessitam de intervenção e melhoria (CESA e CEO), nem para a instalação de equipamentos nos de Lisboa.</i>

Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER		
Atividade 05 Gestão da população prisional Área: Execução de penas e medidas privativas da liberdade	14 Favorecimento na elaboração das propostas de afetação e/ou transferência de reclusos.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=1;GC=1)	DSEMP DGPP (ex-DGOPP) EP		
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)					
21 Diferentes níveis de controlo e supervisão.					
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a• Sim <input checked="" type="checkbox"/> b• Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>21</div> c• Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>21</div>		Justificação: <i>(caso se proponha alguma alteração)</i> <div>21</div>			
B Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)					
08 Verificação através de amostra aleatória					
Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos		
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo interno criados: 1. 2. 3.	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. 2. 3.	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:		

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 06 Regimes de execução das penas Área: Execução de penas e medidas privativas da liberdade	15 Favorecimento ou agravamento na emissão de pareceres sobre regimes de execução das penas e de medidas de flexibilização.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=1;GC=1)	DSEMP DGTP (ex-DCIR) EP
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
22 Diferentes níveis de controlo e supervisão, inclusive jurisdicional.			
Devem ^{manter-se} como medidas preventivas existentes: a• Sim <input checked="" type="checkbox"/> b• Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: 22 c• Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: 22		Justificação: (caso se proponha alguma alteração) 22	
B Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)			
09 Verificação através de amostra aleatória.			
Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo interno criados: 1. 2. 3.	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. 2. 3.	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:

Direção de Serviços de Segurança

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 07 Segurança em meio prisional Área: Execução de penas e medidas privativas da liberdade	16 Introdução de objetos, produtos e bens perigosos/ilícitos/proibidos.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=2;GC=2)	DSS EP
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
23 Legislação: Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. 24 Procedimentos e regras de segurança. 25 Trabalho e equipa com supervisão. 26 Revistas e buscas regulares.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a • Sim <input checked="" type="checkbox"/> b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>23 24 25 26</div> c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>23 24 25 26</div>		Justificação: (caso se proponha alguma alteração) <div>23 24 25 26</div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

10 Supervisão da atividade de videovigilância.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspectos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Por iniciar <input type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo interno criados: <i>Considera-se que a supervisão da atividade de videovigilância decorre diretamente da responsabilidade de supervisão do Chefe do SVS do EP e da aplicação da Circular 6/2018, de 14 de dezembro, devendo esta considerada como o mecanismo de controlo interno.</i>	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: <i>Circular 6/2018</i>	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:

11 Generalização de pórticos, máquinas de RX e de meios de deteção.

Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Por iniciar <input type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo interno criados: <i>A medida (Generalização de pórticos, máquinas de RX e de meios de deteção) decorre necessariamente da capacidade de investimento da DGRSP/MJ, pelo que este é um esforço contínuo e reflete-se na manifestação de necessidades que todos os anos é apresentada. Esta é uma medida que não tem mecanismos de controlo evidentes, existindo um plano de combate à entrada de bens ilícitos nos EP que obriga ao cumprimento de determinados procedimentos com recurso a estes meios).</i>	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:
---	--	--	--

12 Reforço de revistas e buscas.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Por iniciar <input type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo interno criados: <i>A execução da medida tem como suporte o objetivo partilhado das buscas que todos os anos são realizadas, que culmina com a apresentação do relatório da DSS.</i>	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: <i>Relatório anual de buscas.</i>	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Com o objetivo de contribuir para um processo permanente de melhoria contínua, poder-se-á eventualmente verificar a necessidade de manter como combate à corrupção a medida 12, pois esta visa essencialmente os reclusos e os seus espaços de alojamento. Não é propriamente um indicador associado ao risco de corrupção, no contexto em que as mesmas se realizam. Por outro lado, encontra-se listada nas medidas existentes, de forma correta.</i> d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:

13 Padronização de procedimentos.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Por iniciar <input type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: <i>Dossier de gestão de procedimentos-(objetivo 2019)</i>	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:

14 Formação profissional.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>A medida 14 é uma atividade suportada pela atividade da Divisão de Formação, cujos números de execução na formação deslocalizada são demonstrativos do investimento efetuado.</i> <i>Constitui uma atividade regular com fins abrangentes, não se justificando que constitua medida preventiva da corrupção.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 08 Segurança em meio prisional Área: Execução de penas e medidas privativas da liberdade	17 Entrada e saída de pessoas de forma ilícita.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=1;GC=3)	DSS EP
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
27 Legislação: Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. 28 Procedimentos e regras de segurança. 29 Trabalho e equipa com supervisão			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a • Sim <input checked="" type="checkbox"/> b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>27 28 29</div> c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>27 28 29</div>		Justificação: <i>(caso se proponha alguma alteração)</i> <div>27 28 29</div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

15 Padronização de procedimentos.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <p><i>Foi elaborado o dossier de gestão de procedimentos que atribui ao Chefe do SVS a responsabilidade do acompanhamento e monitorização dos meios e procedimentos necessários para garantir a segurança da EP.</i></p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p><i>Dossier de gestão de procedimentos</i></p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

16 Formação profissional.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p><i>A medida 16 é uma atividade suportada pela atividade da Divisão de Formação, cujos números de execução na formação deslocalizada são demonstrativos do investimento efetuado.</i></p> <p><i>Constitui uma atividade regular com fins abrangentes, não se justificando que constitua medida preventiva da corrupção.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

Direção de Serviços de Vigilância Eletrônica

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER												
<p>Atividade 09</p> <p>Exercício das funções profissionais</p> <p>Área: Execução de penas e medidas penais com vigilância eletrônica</p>	<p>18 Aproveitamento indevido da posição e função profissional.</p> <p>19 Conflito de interesses.</p>	<p>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado</p> <p>(PO=1;GC=1)</p>	DSVE												
<p>A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)</p>															
<p>30 Manuais de procedimentos (incluindo um código de conduta para os funcionários da VE com matéria relativa à prevenção da corrupção).</p> <p>31 Supervisão de 1º e 3º nível.</p> <p>32 Intervenção no caso por vários elementos das equipas de vigilância eletrônica, o que promove a transparência.</p> <p>33 Circuito de tratamento de reclamações.</p>															
<p>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</p> <p>a • Sim <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <table border="1"> <tr> <td>30</td> <td>31</td> <td>32</td> <td>33</td> </tr> </table> <p>c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <table border="1"> <tr> <td>30</td> <td>31</td> <td>32</td> <td>33</td> </tr> </table>		30	31	32	33	30	31	32	33	<p>Justificação:</p> <p>(caso se proponha alguma alteração)</p> <table border="1"> <tr> <td>30</td> <td>31</td> <td>32</td> <td>33</td> </tr> </table>		30	31	32	33
30	31	32	33												
30	31	32	33												
30	31	32	33												

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

17 Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar: (Os instrumentos de supervisão da atividade corrente da DSVE serão reformulados para a monitorização permanente do risco identificado no plano de prevenção da corrupção, a reportar na atividade de 2020.)</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 10 Acesso e gestão do sistema de vigilância eletrônica Área: Execução de penas e medidas penais com vigilância eletrônica	20 Interrupção voluntária da monitorização. 21 Favorecimento de interesses de terceiros. 22 Aproveitamento indevido da posição e função profissional.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=2;GC=2)	DSVE
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
34 Manual de procedimentos. 35 Supervisão da atividade de gestão dos eventos pelo CNAO. 36 intervenção no caso por vários elementos das equipas de vigilância eletrônica, o que promove a transparência. 37 Circuito de tratamento de reclamações. 38 Sistema de vigilância eletrônica tem incorporado redundância tecnológica, <i>backup</i> de dados, proteções de acesso e é auditável.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a • Sim <input checked="" type="checkbox"/> b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>34 35 36 37 38</div> c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>34 35 36 37 38</div>		Justificação: <i>(caso se proponha alguma alteração)</i> <div>34 35 36 37 38</div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

18 Proceder ao reporte e avaliação da conformidade da prática com as medidas existentes que se consideram suficientes.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar: <i>(Os instrumentos de supervisão da atividade corrente da DSVE serão reformulados para a monitorização permanente do risco identificado no plano de prevenção da corrupção, a reportar na atividade de 2020).</i></p>

Direção de Serviços Financeiros

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 13 Operações e registos contabilísticos Área: Gestão de recursos financeiros e patrimoniais	29 Risco de falhas de aplicação de normas, procedimentos, e regulamentos. 30 Risco de registos incorretos. 31 Risco de não registo das operações.	<div>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado</div> (PO=1;GC=2)	DSF DCT DCF e EP com centro financeiro autónomo
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
44 Conferência de informação intermédia e final. 45 Acompanhamento e controlo da execução das medidas previstas nas normas de procedimento já existentes. 46 Manual de procedimentos para a Gestão do Fundo de Maneio. 47 Segregação de funções e responsabilidades. 48 Acesso ao sistema informático de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado com chave nominativa - todos os atos praticados dependem da utilização de <i>user</i> e <i>password</i> . 49 Supervisão de dirigentes e responsáveis.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a • Sim <input checked="" type="checkbox"/> b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>44 45 46 47 48 49</div> c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>44 45 46 47 48 49</div>		Justificação: (caso se proponha alguma alteração) <div>44 45 46 47 48 49</div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

21 Aprofundamento dos mecanismos de controlo interno: atualização das normas internas de procedimento já existentes; elaboração de normas internas específicas por processo; medidas de controlo de prazos.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p><i>1.Foi revisto e atualizado o Manual de Procedimentos do FM da DGRSP;</i></p> <p><i>2.Foi revisto e atualizado o Normativo de Procedimentos - Emissão de meios de pagamento e impressão de ofícios de avisos de pagamento;</i></p> <p><i>3. Foi atualizada a norma com o procedimento a aplicar na cobrança de receita e respetiva integração no SGR e GERFIP;</i></p> <p><i>4. Norma interna para o processo de constituição de FM em GERFIP;</i></p> <p><i>5. Manual de apoio ao processo de despesa em GERFIP – reconstituição de despesas de Fundo de Maneio;</i></p> <p><i>7. Relatório trimestral da execução do FM.</i></p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p><i>1. Manual de Procedimentos do FM</i></p> <p><i>2. Normativo de Procedimentos - Emissão de meios de pagamento e impressão de ofícios de avisos de pagamento</i></p> <p><i>3. Procedimento a aplicar na cobrança de receita e respetiva integração no SGR e GERFIP – Ofício S-DGRSP/2018/2463, de 02.05.2018 e emails de 04.06.2019;</i></p> <p><i>4. Informação n.º I-DGRSP/2019/1990 – Prémios atribuídos jovens internados</i></p> <p><i>5. Manual de apoio ao processo de constituição de FM em GERFIP;</i></p> <p><i>6. Manual de apoio ao processo de despesa em GERFIP – reconstituição de despesas de Fundo de Maneio</i></p> <p><i>7. Relatórios trimestrais da execução do FM</i></p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: Formação aos colaboradores.</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar: <i>A nível dos Serviços Centrais da DGRSP os escassos recursos humanos afetos às atividades condicionam a maior segregação de funções e bem assim a criação de normas e mecanismos dedicados ao controlo interno e normalização.</i></p>

22 Maior segregação de funções.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 14 Execução orçamental Área: Gestão de recursos financeiros e patrimoniais	32 Pagamentos indevidos por alteração de dados bancários dos fornecedores para NIB próprio ou de terceiros.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=1;GC=3)	DSF, DCT, DCF, DSCPGP DCP, DGP, EP com centro financeiro autónomo
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
50 Acesso ao sistema informático de gestão orçamental com chave nominativa - todos os atos praticados dependem da utilização de <i>user</i> e <i>password</i> . 51 Comunicação a fornecedores dos pagamentos.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a • Sim <input checked="" type="checkbox"/> b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>50</div> <div>51</div> c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>50</div> <div>51</div>		Justificação: <i>(caso se proponha alguma alteração)</i> <div>50</div> <div>51</div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

23 Aprofundamento dos mecanismos de controlo interno:

- elaboração de norma interna,
 - criação de novos fornecedores com obrigatoriedade de indicação de endereço de correio eletrónico para agilizar comunicação dos pagamentos,
 - limitação de acessos,
- supervisão de dirigentes e responsáveis.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p><i>1. Boletim de identificação do fornecedor com indicação de conta de email;</i></p> <p><i>2. Limitação de acessos</i></p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p><i>1. Publicitação na intranet da DGRSP da norma interna com Modelo "Boletim de Identificação de Fornecedor" atualizado;</i></p> <p><i>2. Publicitação na intranet da DGRSP - Normativo de Procedimentos - Emissão de meios de pagamento e impressão de ofícios de aviss de pagamento.</i></p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 15 Produção de informação contabilística Área: Gestão de recursos financeiros e patrimoniais	33 Risco de afetação da qualidade da prestação de contas e da informação contabilística.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=1;GC=1)	DSF, DCT, DCF, DSCPGP, DCP, DGP, EP com centro financeiro autónomo
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
52 Conferência de informação intermédia e final. 53 Segregação de funções e responsabilidades. 54 Medidas de controlo de prazos. Identificação das fontes de informação utilizadas para a produção da informação.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a • Sim <input checked="" type="checkbox"/> b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>52 53 54</div> c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>52 53 54</div>		Justificação: <i>(caso se proponha alguma alteração)</i> <div>52 53 54</div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

24 Parametrização de registos que permitam extração mais automatizada da informação.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Por iniciar <input type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo criados: 1. <i>Parametrização do sistema por centros de custos;</i> 2. <i>Matrizes de informação parametrizadas para extração de informação ao nível dos cabimentos, compromissos, pagamentos, controlo de fundos disponíveis;</i> 3. <i>utilização do mecanismo de ordem interna de viaturas.</i>	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. Parametrização em sistema 2. 3.	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Formação dos colaboradores.</i> d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:

25 Reforço das medidas de controlo de prazos para atualização dos sistemas informáticos.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo criados: 1. 2. 3.	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. 2. 3.	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
<div>Atividade 20</div> <div>Gestão de verbas alheias à guarda dos estabelecimentos prisionais e dos centros educativos</div> <div>Área: Tesouraria</div>	<div>58</div> Desvio de dinheiro e de valores. <div>59</div> Não registo das quantias arrecadadas. <div>60</div> Perda, modificação ou omissão na execução e registo da informação.	<div>1-Fraco</div> <div>2-Moderado</div> <div>3-Elevado</div> <div>(PO=2;GC=2)</div>	DSF EP CE
<div>A</div> Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
<div>76</div> Legislação: Portaria nº 286/2013, de 9 de setembro que define a estrutura orgânica, funcionamento e competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais. <div>77</div> Manual do pecúlio dos jovens. Segregação de funções e responsabilidades. <div>78</div> Reconciliações bancárias. <div>79</div> Supervisão regular pelos responsáveis. <div>80</div> Prazos para atualização das aplicações informáticas de suporte. <div>81</div> Existência de normas de procedimento, destacando a proibição da entrada de pessoas alheias aquele serviço.			
<div>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</div> <div>a• Sim <input checked="" type="checkbox"/></div> <div>b• Não <input type="checkbox"/> Indicar quais:</div> <div><div>76</div><div>77</div><div>78</div><div>79</div><div>80</div><div>81</div></div> <div>c• Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais:</div> <div><div>76</div><div>77</div><div>78</div><div>79</div><div>80</div><div>81</div></div>		<div>Justificação:</div> <div>(caso se proponha alguma alteração)</div> <div><div>76</div><div>77</div><div>78</div><div>79</div><div>80</div><div>81</div></div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

42 Fundo fixo de caixa ajustado às necessidades mais prementes da gestão corrente do estabelecimento prisional.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>Ao nível da DSF:</p> <p>1. Está em curso o processo tendente à implementação da UTE por parte dos serviços desconcentrados da DGRSP, ou seja nos EP e CE, conforme cronograma anexo, que irá fomentar a movimentação das contas bancárias sediadas no IGCP, EPE, com recurso a meios eletrónicos.</p> <p>2. Está em preparação o processo tendente à elaboração de relatório anual consolidado da conta corrente dos reclusos e conta cantinas</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

43 Conferência diária dos valores recebidos e registo em suporte informático adequado.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

44 Auditorias internas e periódicas às existências em caixa.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Formação dos colaboradores.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

45 Fomentar o uso de meios eletrónicos de recebimento e pagamentos em detrimento do uso de numerário.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER																		
Atividade 21 Gestão das receitas próprias geradas nos EP com inclusão da gestão das cantinas, bares e similares Área: Tesouraria	61 Desvio de dinheiro e de valores. Não registo das quantias arrecadadas. 62 Perda, modificação ou omissão na execução e registo da informação.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=2;GC=2)	DSF EP																		
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)																					
82 Legislação: portaria nº 286/2013, de 9 de setembro, que define a estrutura orgânica, funcionamento e competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais. 83 Segregação de funções e responsabilidades. 84 Reconciliações bancárias. 85 Supervisão regular pelos responsáveis. 86 Prazos para atualização das aplicações informáticas de suporte. 87 Existência de normas de procedimento, destacando a proibição da entrada de pessoas alheias aquele serviço.																					
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a• Sim <input checked="" type="checkbox"/> b• Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <table><tr><td>82</td><td>83</td><td>84</td><td>85</td><td>86</td><td>87</td></tr></table> c• Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <table><tr><td>82</td><td>83</td><td>84</td><td>85</td><td>86</td><td>87</td></tr></table>		82	83	84	85	86	87	82	83	84	85	86	87	Justificação: (caso se proponha alguma alteração) <table><tr><td>82</td><td>83</td><td>84</td><td>85</td><td>86</td><td>87</td></tr></table>		82	83	84	85	86	87
82	83	84	85	86	87																
82	83	84	85	86	87																
82	83	84	85	86	87																

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

46

Manual de procedimentos para gestão das cantinas, bares e similares.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p><i>Ao nível da DSF</i></p> <p><i>1. Está em curso o processo tendente à implementação da UTE por parte dos serviços desconcentrados da DGRSP, ou seja nos EP e CE, conforme cronograma anexo, que irá fomentar a movimentação das contas bancárias sediadas no IGCP, EPE, com recurso a meios eletrónicos.</i></p> <p><i>2. Está em preparação o processo tendente à elaboração de relatório anual consolidado da conta cantinas</i></p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

47 Fundo fixo de caixa ajustado às necessidades mais prementes da gestão corrente do estabelecimento prisional.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

48 Conferência diária dos valores recebidos e registo em suporte informático adequado.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

49 Auditorias internas e periódicas às existências em caixa.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

50 Fomentar o uso de meios eletrónicos de recebimento e pagamentos em detrimento do uso de numerário.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Formação aos colaboradores</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER												
<p>Atividade 16</p> <p>Contratação pública: planeamento</p> <p>Área: Gestão de recursos financeiros e patrimoniais</p>	<p>34 Recurso a um tipo de procedimento restritivo da concorrência por deficiência de planeamento.</p> <p>35 Ineficácia no cumprimento dos objetivos setoriais e operacionais das unidades operativas.</p> <p>36 Elaboração de caderno de encargos com cláusulas técnicas potencialmente restritivas.</p> <p>37 Seleção das entidades a convidar.</p> <p>38 Conluio entre trabalhadores e empresas.</p>	<p>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=2;GC=2)</p>	<p>DSCPGP DCP DGP CE EP Outras unidades orgânicas com atribuições na matéria: DSS, DSVE, DSRH, DSJJ, CCGCS, DSATEPC, CCEMDAE, CCGPP, GTIC, DIE e DRR</p>												
<p>A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)</p>															
<p>55 Plano Anual de Compras. 56 Manifestação de necessidades pelas unidades orgânicas proponentes. 57 Cláusulas técnicas elaboradas pela unidade orgânica em razão das respetivas atribuições. 58 Consulta preliminar ao mercado no mínimo a dois fornecedores.</p>															
<p>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</p> <p>a• Sim <input type="checkbox"/></p> <p>b• Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Indicar quais:</p> <table border="1"> <tr> <td>55</td> <td>56</td> <td>57</td> <td>58</td> </tr> </table> <p>c• Apenas parcialmente <input type="checkbox"/></p> <p>Indicar quais:</p> <table border="1"> <tr> <td>55</td> <td>56</td> <td>57</td> <td>58</td> </tr> </table>		55	56	57	58	55	56	57	58	<p>Justificação: (caso se proponha alguma alteração)</p> <table border="1"> <tr> <td>55</td> <td>56</td> <td>57</td> <td>58</td> </tr> </table>		55	56	57	58
55	56	57	58												
55	56	57	58												
55	56	57	58												

*A DGRSP foi alvo de alteração da estrutura orgânica dos serviços centrais em 2019. A DSCPGP, cuja criação resultou desta alteração (Portaria n.º 300/2019, de 11 de setembro), apresentou, aquando da recolha de dados de monitorização, uma nova proposta de atividades de risco e de medidas preventivas, que será enquadrada numa revisão do plano de Prevenção da Corrupção.

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

26 Elaboração de norma interna relativa à instrução da manifestação da necessidade.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos *
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p>

27 Fomentar a concorrência dinamizando o recurso ao mercado através de concurso público.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos *
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p>

28 Fundamentar objetivamente a escolha de outro tipo de procedimento mais restritivo da concorrência.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos *
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo criados: 1. 2. 3.	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. 2. 3.	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:

29 Acréscimo do número de procedimentos agregados e subsequentemente acréscimo de procedimentos com consulta ao mercado

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos *
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo criados: 1. 2. 3.	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. 2. 3.	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:

30 Aumento do número mínimo de fornecedores consultados no procedimento por consulta prévia, quando possível.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos *
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
<div>Atividade 17</div> <div>Contratação pública: compras</div> <div>Área: Gestão de recursos financeiros e patrimoniais</div>	<div>39</div> <div>Quebra do dever de independência nas diversas fases dos procedimentos concursais.</div> <div>40</div> <div>Deficiente gestão dos processos de aquisição de bens, serviços e empreitadas.</div> <div>41</div> <div>Falta de isenção e imparcialidade técnica na análise das propostas.</div> <div>42</div> <div>Omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar decisões.</div> <div>43</div> <div>Favorecimento de fornecedores.</div> <div>44</div> <div>Não cumprimento da tramitação dos procedimentos.</div> <div>45</div> <div>Abuso e divulgação de informação privilegiada/confidencial.</div>	<div>1-Fraco2-Moderado3-Elevado</div> <div>(PO=2;GC=2)</div>	<div>DSCPGP</div> <div>DCP</div> <div>DGP</div> <div>CE</div> <div>EP</div>
<div>A</div> <div>Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)</div>			
<div>59</div> Portaria que define a estrutura orgânica, funcionamento e competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais. <div>60</div> Envolvimento das unidades orgânicas proponentes das necessidades e possuidoras de conhecimento sobre as áreas postas a concurso, quando aplicável. <div>61</div> Modelos dos cadernos de encargos aprovados para as aquisições comuns aos estabelecimentos prisionais para cantinas e medicamentos. <div>62</div> Segregação de funções e responsabilidades. <div>63</div> Rotatividade dos membros dos júris. <div>64</div> Declaração de inexistência de conflito de interesses.			
<div>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</div> <div>a• Sim<input type="checkbox"/></div> <div>b• Não<input checked="" type="checkbox"/></div> <div>Indicar quais:</div> <div><div>59</div><div>60</div><div>61</div><div>62</div><div>63</div><div>64</div></div> <div>c• Apenas parcialmente<input type="checkbox"/></div> <div>Indicar quais:</div> <div><div>59</div><div>60</div><div>61</div><div>62</div><div>63</div><div>64</div></div>		<div>Justificação:</div> <div>(caso se proponha alguma alteração)</div> <div><div>59</div><div>60</div><div>61</div><div>62</div><div>63</div><div>64</div></div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

31 Intensificação do uso das plataformas de compras eletrónicas.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo criados: 1. 2. 3.	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. 2. 3.	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:

32 Medidas para controlo de prazos.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo criados: 1. 2. 3.	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. 2. 3.	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:

33 Formação aos trabalhadores sobre matéria relativa a contratação.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo criados: 1. 2. 3.	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. 2. 3	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:

34 Atualização das normas internas/ manuais de procedimento

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo criados: 1. 2. 3.	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. 2. 3	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
<div>Atividade 18</div> <div>Contratação pública: execução e gestão de contratos</div> <div>Área: Gestão de recursos financeiros e patrimoniais</div>	<div>46</div> <div>Não aplicação de penalidades.</div> <div>47</div> <div>Não execução das penalidades aplicadas.</div> <div>48</div> <div>Desvio ou não entrega dos bens ou serviços contratados ou em conformidade.</div> <div>49</div> <div>Conluio entre trabalhadores e fornecedores.</div> <div>50</div> <div>Não acompanhamento da execução do contrato</div>	<div>1-Fraco2-Moderado3-Elevado</div> <div>(PO=2;GC=2)</div>	<div>DSCPGP</div> <div>DCP</div> <div>DGP</div> <div>CE</div> <div>EP</div> <div>Outras unidades orgânicas com atribuições na matéria: DSS, DSVE, DSRH, DSJJ, CCGCS, DSATEPC, CCEMDAE, CCGPP, GTIC, DIE e DRR</div>
<div>A</div> <div>Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)</div>			
<div>65</div> Segregação de funções e responsabilidades. <div>66</div> Declaração do serviço beneficiário do recebimento. <div>67</div> Bem/serviço/empreitada em conformidade/validação/confirmação da fatura ou outro documento de despesa legalmente equivalente. <div>68</div> Serviço de refeições confeccionadas - normas funcionamento. <div>69</div> Serviço de refeições confeccionadas - normativo de apoio à instrução dos processos de controlo, fiscalização e avaliação dos fornecimentos.			
<div>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</div> <div>a• Sim<input type="checkbox"/></div> <div>b• Não<input checked="" type="checkbox"/></div> <div>Indicar quais:</div> <div><div>65</div><div>66</div><div>67</div><div>68</div><div>69</div></div> <div>c• Apenas parcialmente<input type="checkbox"/></div> <div>Indicar quais:</div> <div><div>65</div><div>66</div><div>67</div><div>68</div><div>69</div></div>		<div>Justificação:</div> <div>(caso se proponha alguma alteração)</div> <div><div>65</div><div>66</div><div>67</div><div>68</div><div>69</div></div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

35 Elaboração de norma interna.

Implementação da figura de gestor do contrato.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p>

Hospital Prisional S. João de Deus

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
<div>Atividade 19</div> <div>Gestão de inventário de medicamentos</div> <div>Área: Gestão de stocks</div>	<div>51 Apropriação de bens.</div> <div>52 Valorização incorreta de inventários.</div> <div>53 Ocorrência de danos sem fundamentação ou com intenção dolosa.</div> <div>54 Contagem dolosa quando da receção dos materiais de modo a adulterar os inventários.</div> <div>55 Definição dolosa dos stocks mínimos de segurança devoluções não registadas para benefício do próprio e ou de terceiros ou a realização de devoluções fictícias.</div> <div>56P Possibilidade de proceder a abates sem a competente autorização.</div> <div>57 Degradação de bens em armazém por deficiente gestão das existências em armazém.</div>	<div>1-Fraco2-Moderado3-Elevado</div> <div>PO=2;GC=2</div>	<div>Hospital Prisional S. João de Deus</div> <div>CCGCS</div> <div>EP</div> <div>CE</div>
<div>A</div> <div>Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)</div>			
<div>70 Portaria nº 286/2013, de 09 de setembro que define a estrutura orgânica, funcionamento e competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais.</div> <div>71 Contagens físicas dos bens em armazém.72 Segregação de funções.73 Desenvolvimento de uma aplicação informática, Gesfarma, com controlo central, nos Serviços Farmacêuticos do Hospital Prisional, de stocks e consumos diários.74 Implementação de formulários e de procedimento de requisição de medicamentos extra formulário.75 Realização de auditorias técnicas ao circuito do medicamento na DGRSP.</div>			
<div>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</div> <div>a• Sim<input checked="" type="checkbox"/></div> <div>b• Não<input type="checkbox"/>Indicar quais:</div> <div><div>707172737475</div></div> <div>c• Apenas parcialmente<input type="checkbox"/>Indicar quais:</div> <div><div>707172737475</div></div>		<div>Justificação:</div> <div>(caso se proponha alguma alteração)</div> <div><div>707172737475</div></div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

36 Criação de um interface entre o Gesfarma e o Gerfip que atualize de forma automática os stocks de medicamentos.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Aperfeiçoamento da plataforma Gesfarma para melhoria da gestão de stocks (concretamente na obrigatoriedade da prescrição por parte dos médicos com registo do início e fim da terapêutica) e ainda apetrechamento de equipamento de suporte ao controlo de entradas e saídas de medicamentos.</i> <i>Medida a concretizar pelo GTIC E CCGC.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

37 Normas de procedimentos para processos específicos.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Requisição das quantidades encomendadas aos fornecedores através do uso do Anexo VII</i> 2. <i>Fornecimento de estupefacientes através do uso Anexo X</i> 3. <i>Devolução de estupefacientes através do uso do Anexo X</i> 4. <i>Fornecimento de hemoderivados através do uso do modelo n.º 1804</i> 5. <i>Registo das tarefas anteriores na aplicação informática Gesfarma</i> 	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Anexo VII 2. Anexo X 3. Modelo n.º 1804 	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: - <i>Reformulação da medida para 'Normas de procedimentos para processos específicos: Controlo do fornecimento de estupefacientes aos serviços clínicos do HPSJD; Controlo do fornecimento de hemoderivados aos serviços clínicos do HPSJD - Conclusão e aprovação do manual de procedimentos dos serviços farmacêuticos do HPSJD'.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

38 Definição de prazos para atualização dos sistemas informáticos de suporte

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo interno criados: 1. 2. 3.	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. 2. 3.	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Medida a concretizar pelo GTIC e CCGCS.</i> d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:

39 Segregação e rotatividade de funções.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Por iniciar <input type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo interno criados: 1. <i>Atribuição de funções a cada profissional</i> 2. <i>Restringir a atividade profissional a um conjunto restrito de tarefas</i>	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: <i>Proposta de distribuição de funções nos serviços farmacêuticos do HPSJD</i>	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Definição de funções por grupo profissional.</i> <i>Definição de funções por profissional.</i> <i>A rotatividade de funções carece de um corpo de profissionais estável, o qual apenas foi conseguido parcialmente em 2019.</i> d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar: <i>Atribuição do número de profissionais suficiente para a realização das tarefas pretendidas</i>

40 Recrutamento de pessoal especializado para normalização do processo.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <p>1. <i>Recrutamento de 1farmacêutico, em regime de avença, em 2020, menos um farmacêutico que em 2019.</i></p> <p>2. <i>Recrutamento de 1 técnico de farmácia, em regime de avença, em 2020, menos um técnico de farmácia que 2019.</i></p> <p>3. <i>Recrutamento de 3 auxiliares de farmácia, em regime de avença, em 2020, mais um que em 2019.</i></p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Face ao volume de trabalho da farmácia deste hospital, uma vez que adquire e fornece os EPs de todo o continente, será necessário dotar este serviço de pessoal adequado, em número e qualificação, para o exercício destas tarefas.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

41 Implementação da ferramenta Gesfarma nos EP Porto, P. Ferreira, P. Delgada, A. Heroísmo e Funchal e nos Centros Educativos.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Medida a concretizar pelo CCGCS e GTIC.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

Direção de Serviços de Recursos Humanos

Atividades com risco avaliado	Descrição risco	Graduação do risco (GR)	Unidades orgânicas responsáveis/a envolver								
Atividade 22 Processamento de abonos e descontos Área: Gestão de recursos humanos	63 Pagamento deliberado de abonos indevidos. 64 Adulteração de montantes a abonar ou descontar.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=1;GC=1)	DSRH DAPPR (ex-DAPPA)								
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)											
88 Segregação de funções. 89 Rotação de pessoal. 90 Procedimentos de controlo interno: verificação, pela DAPPA, de ficheiro mensal de abonos e descontos; envio mensal de ficheiro de abonos e descontos aos estabelecimentos prisionais, com os respetivos trabalhadores.											
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a• Sim <input checked="" type="checkbox"/> b• Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <table><tr><td>88</td><td>89</td><td>90</td></tr></table> c• Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <table><tr><td>88</td><td>89</td><td>90</td></tr></table>		88	89	90	88	89	90	Justificação: (caso se proponha alguma alteração) <table><tr><td>88</td><td>89</td><td>90</td></tr></table>	88	89	90
88	89	90									
88	89	90									
88	89	90									

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

51

Aprofundamento dos mecanismos de controlo interno:

- inclusão de fórmula de apuramento e respetivos montantes a abonar e/ou descontar nas propostas a submeter a decisão;
 - efetuar a verificação dos abonos e descontos com início em cada mês, complementada com respetiva documentação de suporte;
- atualização das normas internas de procedimento.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p><i>Validação prévia considerando as entradas e saídas dos trabalhadores através dos despachos exarados nos pedidos de cessação de funções.</i></p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. Informações tramitadas na DGRH.</p> <p>2.</p> <p>3.</p> <p>.....</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 23 Controlo de assiduidade e pontualidade Área: Gestão de recursos humanos	65 Justificação indevida de faltas, de forma deliberada 66 Registo informático de ausências e/ou períodos de trabalho intencionalmente incorreto	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=1;GC=1)	DSRH DAPPR (ex-DAPPA)
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
91 Definição de procedimentos internos para os estabelecimentos prisionais, sobre registo informático de assiduidade e/ou trabalho suplementar. 92 Verificação genérica mensal dos registos efetuados pelos estabelecimentos prisionais e centros educativos.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a• Sim <input checked="" type="checkbox"/> b• Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: 91 92 c• Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: 91 92		Justificação: (caso se proponha alguma alteração) 91 92	
B Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)			
52 Aprofundamento dos mecanismos de controlo interno: atualização das normas internas de procedimento; verificação aleatória do cumprimento das normas internas; implementação (em colaboração com o GTIC) de sistemas de registo biométrico nas unidades orgânicas dos serviços externos.			
Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
Concretizada <input type="checkbox"/> Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Por iniciar <input type="checkbox"/>	Discriminar os mecanismos de controlo criados: <i>Verificação mensal dos códigos e assiduidade registados no sistema; divulgação de normas e procedimentos no âmbito do Chronus.</i>	Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno: 1. Envio de comunicações eletrónicas esclarecedoras dos procedimentos adotar. 2. 3.	a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> b• É proposta a revisão da graduação do risco? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar: c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: • Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 24 Recrutamento e seleção de pessoal Área: Gestão de recursos humanos	67 Discricionariedade ou favorecimento de candidatos. 68 Utilização de critérios pouco objetivos. 69 Conflito de interesses.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=1;GC=1)	DSRH DGRH
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
93 Rotatividade dos trabalhadores designados para a constituição dos júris. 94 Nomeação de júris diferenciados para os concursos/procedimentos concursais. 95 Eventual recurso a entidades externas para aplicação de métodos de seleção.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a• Sim <input checked="" type="checkbox"/> b• Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>93 94 95</div> c• Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: <div>93 94 95</div>		Justificação: (caso se proponha alguma alteração) <div>93 94 95</div>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

53 Propor e implementar minuta de declaração de inexistência de conflito de interesses.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

54 Propor e implementar normas internas de procedimento, designadamente no que respeita à utilização de critérios, que deverão ser objetivos, e fundamentação das decisões.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
<p>Atividade 25</p> <p>Aquisição e implementação de meios</p> <p>Área: Tecnologias de informação e comunicação</p>	<p>70</p> <p>Riscos de interrupção do serviço e consequente perda de informação.</p> <p>71</p> <p>Perturbação da atividade da DGRSP.</p>	<p>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado</p> <p>(PO=2;GC=3)</p>	<p>GTIC</p>
<p>A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)</p>			
<p>96 Monitorização da infraestrutura tecnológica.</p> <p>97 Redundâncias; existência de backups centralizados.</p> <p>98 Manutenções preventivas nos sistemas de informação.</p>			
<p>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</p> <p>a • Sim <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <p><input type="text" value="96"/> <input type="text" value="97"/> <input type="text" value="98"/></p> <p>c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <p><input type="text" value="96"/> <input type="text" value="97"/> <input type="text" value="98"/></p>		<p>Justificação:</p> <p>(caso se proponha alguma alteração)</p> <p><input type="text" value="96"/> <input type="text" value="97"/> <input type="text" value="98"/></p>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

55 Manutenção dos serviços/equipamentos com Service Level Agreement ativos.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> <i>(atividades a manterem-se)</i></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p><i>1. Check disks elaborados mensalmente</i></p> <p><i>2. otimização de recursos</i></p> <p><i>3. Manutenção do SLA por parte do IGFEJ</i></p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Dados os procedimentos implementados, deixa de ter sentido entender-se a medida como medida a adotar.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
Atividade 26 Gestão e controlo de acessos Área: Tecnologias de informação e comunicação	72 Acesso indevido à informação. 73 Adulteração de dados. 74 Divulgação de informação para o exterior.	1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado (PO=3;GC=3)	GTIC
A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)			
99 Gestão centralizada de acessos. Implementação de políticas para proteção de dados.			
Devem manter-se como medidas preventivas existentes: a • Sim <input checked="" type="checkbox"/> b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais: 99 c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais: 99		Justificação: (caso se proponha alguma alteração) 99	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

56 Comunicação antecipada da movimentação dos colaboradores.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p>1. Listas mensais enviadas pela DAPPR com as movimentações de pessoal</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

57 Manter a Active Directory atualizada

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo criados:</p> <p><i>Enviado mail às UOs, no sentido de manter a AD atualizada.</i></p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

Serviços de Auditoria e Inspeção

ATIVIDADES COM RISCO AVALIADO	DESCRIÇÃO RISCO	GRADUAÇÃO DO RISCO (GR)	UNIDADES ORGÂNICAS RESPONSÁVEIS/A ENVOLVER
<p>Atividade 27</p> <p>Ações de auditoria e de inspeção</p> <p>Área: Auditoria e inspeção</p>	<p>Na instrução de processos, na tomada de decisão de instauração de processos de inquérito e disciplinares, nas propostas de realização de inspeções e nas propostas de decisão:</p> <p>75 Má avaliação do funcionamento do serviço e consequentemente não correção de procedimentos que poderão ser incorretos ou ilegais;</p> <p>76 Decisões parciais, subjetivas ou ilegais;</p> <p>77 Deturpação da prova;</p> <p>78 Não detecção de situações que consubstanciem infração.</p>	<p>1-Fraco 2-Moderado 3-Elevado</p> <p>(PO=1;GC=1)</p>	<p>SAI</p> <p>Norte</p> <p>Centro</p> <p>Sul</p>
<p>A Medidas preventivas existentes (avaliação para eventual revisão do plano)</p>			
<p>100 Acompanhamento dos processos pelo dirigente de cada Serviço de Auditoria e Inspeção.</p>			
<p>Devem manter-se como medidas preventivas existentes:</p> <p>a • Sim <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b • Não <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <p style="margin-left: 40px;">100</p> <p>c • Apenas parcialmente <input type="checkbox"/> Indicar quais:</p> <p style="margin-left: 40px;">100</p>		<p>Justificação:</p> <p>(caso se proponha alguma alteração)</p> <p style="margin-left: 40px;">100</p>	

B | Medidas preventivas a adotar (avaliação da implementação das medidas a adotar previstas no Plano)

58 Criação de regulamentos e código de ética.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. 2. 3. 	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, justificar:</p>

59 Criação de mecanismos de controlo interno: manual de procedimentos; base de dados informática de onde constem todos os processos e respetivos atos de forma a permitir a seleção aleatória de processos e instrutores e listas de distribuição; monitorização periódica com acompanhamento e supervisão hierárquica da atividade.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria: <i>Alterar a proposta de distribuição aleatória de processos porquanto a mesma não se adequa aos recursos humanos existentes na medida em que as diferentes tipologias de processo e respetivos objetos exigem que a distribuição se faça de acordo com as qualificações e competências dos técnicos afetos à unidade orgânica.</i></p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

60 Mais formação.

Grau de implementação	Mecanismos/indicadores de prevenção da corrupção criados	Evidências	Aspetos avaliativos
<p>Concretizada <input type="checkbox"/></p> <p>Neste caso, indicar: O risco foi eliminado? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p>Em execução <input type="checkbox"/></p> <p>Por iniciar <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>Discriminar os mecanismos de controlo interno criados:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>Apresentar a lista de evidências da criação/implementação de mecanismos de controlo interno:</p> <p>1. 2. 3.</p>	<p>a• É proposta a revisão da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>b• É proposta a revisão da graduação do risco Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Se a resposta for sim, identificar a alteração de classificação proposta e justificar:</p> <p>c• Indicar outras eventuais alterações/propostas de melhoria:</p> <p>d• Foram encontradas dificuldades na iniciação/implementação da medida? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se a resposta for sim, justificar:</p>

Anexo 4

LISTA DE SIGLAS

CCCRE	Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas
CCGCS	Centro de Competências para a Gestão dos Cuidados de Saúde
CCGPP	Centro de Competências para a Gestão de Programas e Projetos
CCEMDAE	Centro de Competências de Estudos para a Modernização e Dinamização das Atividades Económicas
CE	Centro Educativo
DAPPA	Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Abonos
DAPPR	Divisão de Administração de Pessoal e Processamento de Remunerações
DCATP	DCATP - Divisão de Coordenação de Atividades de Tratamento Prisional
DCF	Divisão de Coordenação Financeira
DCIR	Divisão de Caracterização e Individualização de Regimes
DCP	Divisão de Compras Públicas
DCT	Divisão de Contabilidade e tesouraria
DGP	Divisão de Gestão Patrimonial
DGPP	Divisão de Gestão da População Prisional
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGRH	Divisão de Gestão de Recursos Humanos
DGTP	Divisão de Gestão de Tratamento Prisional
DSF	Direção de Serviços Financeiros
DIE	Divisão de Infraestruturas e Equipamentos
DRR	Delegação Regional de Reinserção
DSATEPC	Direção de Serviços de Assessoria Técnica e de Execução de Penas na Comunidade
DSCPGP	Direção de Serviços de Contratação Pública e Gestão Patrimonial
DSEMP	Direção de Serviços de Execução de Medidas Privativas da Liberdade
DSJJ	Direção de Serviços de Justiça Juvenil
DSOPRE	Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
DSRFP	Direção de Serviços de Recursos Financeiros e Patrimoniais
DSS	Direção de Serviços de Segurança
DSRH	Direção de Serviços de Recursos Humanos
DSVE	Direção de Serviços de Vigilância Eletrónica
EP	Estabelecimento Prisional
ERS	Equipa de Reinserção Social
GTIC	Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação
HPSJD	Hospital Prisional S. João de Deus
Med.	Medida(s)
MJ	Ministério da Justiça
Nº	Número
NAT	Núcleo de Apoio técnico
PPC	Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas
SAI	Serviço de Auditoria e Inspeção
UO	Unidade orgânica
VE	Vigilância Eletrónica